Estado do Maranhão
Poder Judiciário
Corregedoria Geral da Justiça

Plano de Gestão da Corregedoria Geral da Justiça

Biênio 2012 - 2013

São Luís
2012

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Corregedor-Geral da Justiça

Cleones Carvalho Cunha - Desembargador

Chefia de Gabinete

Mário Lobão Carvalho

Assessoria de Comunicação

Roberta Campos da Cruz Gomes

Assessoria de Informática

Eduardo Henrique Ferro Freire

Juízes Corregedores

Alice Prazeres Rodrigues

Isabella de Amorim Parga M. Lago

Nelson Ferreira Martins Filho

Juizados Especiais

Coordenador(a) – Juíza Márcia Cristina Coelho Chaves

Assessoria Técnica

Karlla Thaíse Dominici de Mesquita

Assessores Técnicos

Aurino da Rocha Luz

Bianca Ribeiro Ducanges

Djan Anderson Carvalho da Silva

Leila Elaine de Castro Cutrim

Karlla Thaíse Dominici de Mesquita

Sheila Rejane Carvalho Brito de Souza

Lourival da Silva Ramos Júnior

Coordenação de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juízes de Direito

Fátima Maria Pereira Cardoso

Divisão dos Juízes Vitalícios

Sabrina Holanda Pinto Smith

Divisão dos Juízes em Estágio Probatório

Patrícia Nogueira Soares

Divisão de Estatística

Maycon Wendel Corrêa Silva

Coordenação de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação das Serventias

Maria Izeunete Carlos dos Santos

Divisão das Serventias Judiciais

Osmilda dos Santos Gomes

Divisão das Serventuais Extrajudiciais

Acayene dos Santos Lopes

Gabinete do Diretor

Maria do Socorro Patrice Carvalho Moreira de Sousa

Coodenadoria de Administração

Francisco Fábio Barros Abrantes

Coordenação de Finanças e Planejamento

Ulisses José Silva Rocha

Coordenadoria de Administração dos Fóruns

Mariana Clementino Brandão

Divisão de Material e Patrimônio

Márcia Cristina Ribeiro Fonseca

Divisão de Pessoal

Júnio César de Oliveira

Divisão de Transportes

Mailson Rubem Pestana

Coordenadoria Especial de Acompanhamento aos Encarcerados

Marilene Aranha Carneiro Silveira

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	4
1	**MAPA ESTRATÉGICO DA CGJ**	6
2	**DIRETRIZES ESTRATÉGICAS**	7
2.1	**Missão**	7
2.2	**Visão**	7
2.3	**Valores**	7
3	**AÇÕES ESTRATÉGICAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO PARA O BIÊNIO 2012-2013**	8
3.1	**Estratégias previstas no Planejamento TJMA**	8
3.2	**Metas Nacionais do CNJ**	9
3.3	**Metas de Nivelamento da CGJ**	10
3.4	**Metas da ENASP**	10
3.5	**Metas específicas da CGJ**	11
4	**DETALHAMENTO DAS ESTRATÉGIAS**	12
4.1	**Planejamento Estratégico TJMA**	12
4.1.1	Eliminar o sub-registro e a falta de registro	12
4.1.2	Criar Postos de Atendimento de Conciliação – PAC	14
4.1.3	Aumentar o número de municípios atendidos pela Justiça	15
4.1.4	Investir na estruturação da execução penal	16
4.1.5	Implantar rol de culpados centralizado para viabilizar a construção do banco nacional de condenados	17
4.1.6	Firmar parcerias com entidades públicas e privadas para educação e inserção social de menores infratores, menores carentes e vítimas da prostituição infantil	18
4.1.7	Estimular a solução coletiva das demandas de massa	19
4.1.8	Investir na estrutura dos juizados especiais	20
4.1.9	Incentivar a conciliação	21
4.1.10	Otimizar os procedimentos de execução de mandados	22
4.1.11	Aperfeiçoar os relatórios estatísticos como meio de identificação de ações repetitivas, projeção de demandas e percepção de fatores externos, para planejamento de ações	23
4.1.12	Aumentar a produtividade do magistrado e a agilidade do julgamento	24
4.1.13	Fortalecer a imagem institucional	26
4.1.14	Fortalecer e aprimorar os meios de comunicação interna	27
4.1.15	Firmar parcerias para implementar projetos de interesse comum	28
4.1.16	Fortalecer o relacionamento com órgãos e entidades públicas e privadas para prevenir demandas repetitivas e impedir o uso abusivo e desnecessário da Justiça, sobretudo em matérias já pacificadas	29
4.2	Metas Nacionais do CNJ	30
4.2.1	Cumprir as metas Nacionais do Judiciário (2009, 2010 e 2012)	30
4.3	Metas de Nivelamento CGJ	32
4.3.1	Garantir a publicação das ações correcionais	32
4.3.2	Relatar os procedimentos disciplinares no prazo estabelecido	33
4.3.3	Realizar correição nas unidades jurisdicionais	34
4.3.4	Acompanhar o cumprimento das metas nacionais do CNJ	35
4.4	Metas da ENASP	36
4.4.1	Garantir o alcance das metas 03 e 04 – ENASP	36
4.5	Metas específicas CGJ	37

4.5.1	Implantar método de gerenciamento de processos (rotinas de trabalhos) nas serventias judiciais.	37
4.5.2	Desenvolver projetos sociais.	38
4.5.3	Revisar os normativos (Código de Normas, Regimento interno e Regulamentos) da CGJ.	39
4.5.4	Atualizar os dados das Comarcas e Serventias Extrajudiciais no site da CGJ.	40
4.5.5	Gerenciar os processos de trabalho administrativo da CGJ.	41
4.5.6	Aproximar as serventias extrajudiciais da CGJ.	42
5	**PARTICIPAÇÃO DA CGJ NA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA (GPJ)**	43
6	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**.	45
	ANEXOS.	46

APRESENTAÇÃO

A gestão no Judiciário era realizada de forma empírica, sem parâmetros e metas, refletindo nos resultados alcançados pelos órgãos da Justiça e impactando diretamente na sociedade, pois não se garantia a entrega da prestação jurisdicional com qualidade e de forma célere, o que ensejava reclamações e insatisfação por parte do jurisdicionado.

Visando melhorar os resultados do Poder Judiciário Brasileiro, por meio da otimização da uso de seus recursos e do aperfeiçoamento de seus processos administrativos, tanto na atividade-fim quanto na atividade-meio, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ estabeleceu, por meio da Resolução n.º 70, de 18 de março de 2009, a adoção do Planejamento Estratégico por todos os tribunais de Justiça, com a utilização da metodologia do *Balanced Scorecard* – BSC, o que foi cumprido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - TJMA em 2009, com a aprovação do seu Planejamento Estratégico em Plenário, conforme a Resolução n.º 10/2010.

No 58º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais, realizado em dezembro de 2011, foram estabelecidas ações para as Corregedorias, dentre as quais, encontra-se a construção de um Plano de Gestão, pautado na metodologia do BSC e alinhado à ideia do Planejamento do Poder Judiciário.

O Planejamento Estratégico é um processo de gestão que norteia as decisões da alta administração a partir de informações geradas pela análise ambiental (interna e externa) e da construção de planos, metas e estratégias.

O BSC, por sua vez, é uma ferramenta gerencial de elaboração do planejamento, que busca a definição da estratégia a partir de uma visão global, holística e integrada da organização e seu gerenciamento com uso de indicadores de desempenho financeiros e não-financeiros que evidenciam os parâmetros críticos de sucesso e indicam aos gestores se a estratégia estabelecida realmente leva a organização ao alcance de seus objetivos.

Entendo ser essencial para a realização deste Plano de Gestão e a consequente obtenção dos resultados propostos o envolvimento e a participação de toda a equipe da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão – CGJ MA, desde o seu corpo diretivo até o seu corpo funcional. É necessário que cada pessoa

compreenda a estratégia, a fim de que possa contribuir para o alcance dos objetivos da gestão.

Por isso, o início da construção deste Plano ocorreu com uma reunião envolvendo todo o corpo funcional da CGJ, em que se destacou a importância da integração e do envolvimento da equipe com a palestra do Prof.º Msc. Alfredo Barbetta, seguida de apresentação sobre a metodologia do BSC e a realização de oficinas para a construção das diretrizes estratégicas e dos planos da Corregedoria.

Após esse encontro, as áreas responsáveis pelas ações e metas construíram seus planos de ação e projetos, cujas execuções já estão em andamento. Todo o material desenvolvido pela equipe foi compilado neste documento, que ora se apresenta.

Registre-se que este Plano abrange o planejamento para o alcance das metas traçadas para esta Corregedoria no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo CNJ, que envolve o 1º grau, da Corregedoria Nacional e da Estratégia Nacional de Segurança Pública - ENASP, além das metas e ações específicas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão para este biênio.

Este documento norteará as ações da Corregedoria durante esta gestão e permitirá o direcionamento das estratégias necessárias para o alcance das metas propostas, o acompanhamento a partir dos indicadores de desempenho, bem como a imediata intervenção no caso do não cumprimento do Plano, garantindo, assim, os resultados esperados.

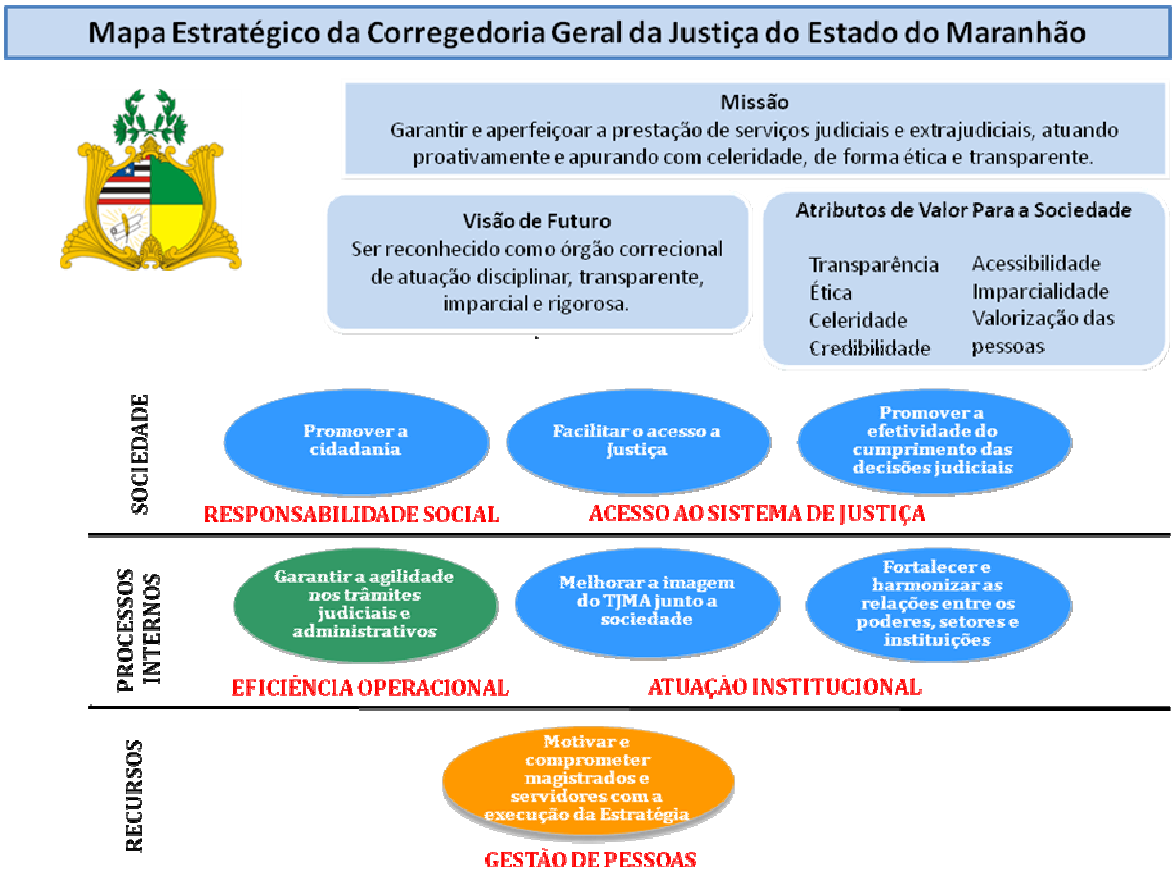
Pretendo pautar esta gestão neste Plano de forma a atuar com eficiência no cumprimento da missão da Corregedoria Geral da Justiça, contribuindo para a garantia de uma prestação jurisdicional ágil e efetiva, consciente de que não se possui a estrutura de recursos financeiros, tampouco de pessoas, desejada, mas se tem um cenário suficiente para, com planejamento e foco, otimizar resultados e realizar significativas transformações no Judiciário maranhense.

Desembargador Cleones Carvalho Cunha

Corregedor-Geral da Justiça

1 MAPA ESTRATÉGICO DA CGJ

Na visão dos autores Kaplan e Norton [1](2004, p. 10), o mapa estratégico *"fornece uma maneira uniforme e consistente de descrever a estratégia, que facilita a definição e o gerenciamento dos objetivos e indicadores. O mapa estratégico representa o elo perdido entre a formulação e a execução da estratégia"*.



[1] KAPLAN, Robert; NORTON, David. **A execução premium.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

2 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

2.1 Missão

Garantir e aperfeiçoar a prestação de serviços judiciais e extrajudiciais, atuando proativamente e apurando com celeridade, de forma ética e transparente.

2.2 Visão

Ser reconhecido como órgão correcional de atuação disciplinar, transparente, imparcial e rigorosa.

2.3 Valores

Transparência
Ética
Celeridade
Credibilidade
Acessibilidade
Imparcialidade
Valorização das pessoas

3. AÇÕES ESTRATÉGICAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO PARA O BIÊNIO 2012-2013

As ações da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão para o biênio 2012-2013 estão voltadas para o cumprimento de sua missão institucional primordial, bem como se relacionam às estratégias previstas no Planejamento Estratégico do TJMA, contemplando, ainda, bem como ao cumprimento das Metas Nacionais do CNJ, das Metas de Nivelamento da Corregedoria Nacional de Justiça e das metas da ENASP.

Dessa forma, passo a apresentar o detalhamento das ações previstas para o alcance desses objetivos, por meio de um modelo simplificado de estratégia, no qual se destacam as metas, indicadores de desempenho, escopo, clientes, justificativa e principais ações previstas.

Ressalto que as ações indicadas não são únicas e permanentes, cabendo uma avaliação contínua da sua realização e do alcance das metas a partir do acompanhamento dos indicadores de desempenho de forma a reavaliar o planejamento e realizar as adequações necessárias ao alcance dos resultados esperados diante de alterações nas condições ambientais que cercam cada uma delas.

3.1 Estratégias previstas no Planejamento TJMA

- Eliminar o sub-registro e a falta de registro.
- Criar Postos de Atendimento de Conciliação – PAC.
- Aumentar o número de municípios atendidos pela Justiça.
- Investir na estruturação da execução penal.
- Implantar rol de culpados centralizado para viabilizar a construção do banco nacional de condenados.
- Firmar parcerias com entidades públicas e privadas para educação e inserção social de menores infratores, menores carentes e vítimas da prostituição infantil.
- Estimular a solução coletiva das demandas de massa.
- Investir na estrutura dos juizados especiais.
- Incentivar a conciliação.

- Otimizar os procedimentos de execução de mandados.
- Aperfeiçoar os relatórios estatísticos como meio de identificação de ações repetitivas, projeção de demandas e percepção de fatores externos, para planejamento de ações.
- Aumentar da produtividade do magistrado e aumento na agilidade do julgamento.
- Fortalecer a imagem institucional.
- Fortalecer e aprimorar os meios de comunicação interna.
- Firmar parcerias para implementar projetos de interesse comum.
- Fortalecer o relacionamento com órgãos e entidades públicas e privadas para prevenir demandas repetitivas e impedir o uso abusivo e desnecessário da Justiça, sobretudo em matérias já pacificadas.

3.2 Metas Nacionais do CNJ

- Meta 2 de 2009 – Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).
- Meta 2 de 2010 – Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007.
- Meta 3 de 2010 – Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009).
- Meta 1 de 2012 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.
- Meta 2 de 2012 – Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 90% em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais.
- Meta 3 de 2012 – Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (Internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça.

- Meta 4 de 2012 – Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação.
- Meta 5 de 2012 – Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento.

3.3 Metas de Nivelamento da CGJ

- Apresentar Plano de Gestão para as Corregedorias em até 120 dias.
- Publicar 100% das ações correcionais (respeitado o sigilo legal).
- Relatar 80% dos processos disciplinares em até 180 dias.
- Realizar, anualmente, correição em pelo menos 30% das unidades jurisdicionais, ainda que por amostragem.
- Fiscalizar 100% das metas do CNJ.
- Implementar as turmas de uniformização no âmbito estadual.
- Garantir estrutura adequada para atender aos beneficiários de livramento condicional e cumpridores de medidas e penas alternativas (Provimento 08 da Corregedoria Nacional).
- Incluir em 100% das correições a varas criminais a verificação da situação dos presos provisórios, para que o percentual de presos provisórios fique ao menos na média nacional, e que seja dado efetivo cumprimento à Resolução n.º 66/09 do CNJ (média nacional de 44%).
- Propor medidas visando a garantir rubrica específica para as despesas das corregedorias (unidade gestora - executora).
- Propor medidas para a implantação de estrutura orgânica definitiva para as corregedorias até dezembro de 2012.

3.4 Metas da ENASP

- Meta 3 - Alcançar a fase de pronúncia em todas as ações penais por crime de homicídio ajuizadas até 31.12.2008.
- Meta 4 - Julgar as ações penais relativas a homicídio doloso distribuídas até 31 de dezembro de 2007.

3.5 Metas específicas da CGJ

- Implantar método de gerenciamento de processos (rotinas de trabalhos) em 30% das serventias judiciais em 2012.
- Realizar 04 (quatro) ações sociais, de acordo com os programas estabelecidos pela CGJ, em 2012.
- Revisar, elaborar e compilar todos os atos normativos da CGJ até junho de 2012.
- Disponibilizar todos os dados das Comarcas e Serventias Extrajudiciais no site da CGJ até junho de 2012.
- Mapear e modelar os processos executados na CGJ até junho de 2012.
- Atuar em 100% das serventias extrajudiciais no ano de 2012.

4. DETALHAMENTO DAS ESTRATÉGIAS

4.1 Planejamento Estratégico do TJMA

4.1.1 Eliminar o sub-registro e a falta de registro.

ESTRATÉGIA: Eliminar o sub-registro e a falta de registro.

META: Erradicar o sub-registro e a falta de registro no Estado do Maranhão até o ano de 2014.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Facilitar o acesso a Justiça.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Percentual de redução do sub-registro e falta de registro.

ÁREA RESPONSÁVEL: Juízes Auxiliares da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover ações que possibilitem a eliminação do sub-registro e da falta de registro no Maranhão até 2014, como forma de garantir a cidadania e o acesso às políticas públicas e ao sistema de justiça.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Acesso ao sistema de justiça/ Responsabilidade Social
Objetivos estratégicos: Facilitar o acesso à Justiça/Promover a cidadania

3. Clientes

Parcela da população maranhense que não possui registro de nascimento.

4. Justificativa

O registro de nascimento é o marco inicial para o exercício da cidadania, pois, sem ele, a pessoa fica impossibilitada de praticar os atos da vida civil (matricular-se em escolas, ter carteira de identidade, cadastro de pessoa física, carteira de trabalho, etc.).

Assim, a eliminação do sub-registro e da falta de registro garantirá aos maranhenses o pleno exercício da cidadania e o respeito à condição de pessoa humana.

O Governo Federal já adotou medidas para eliminar o sub-registro; dentre elas, destaca-se a gratuidade na expedição da 1ª via do registro de nascimento. Ainda assim, o número de crianças que não são registradas ao nascer é grande no Maranhão.

Atribui-se várias causas ao sub-registro: dificuldade de acesso às serventias extrajudiciais, falta de fiscalização da lei que determina a gratuidade do registro; etc. É necessário identificar essas causas e empreender medidas para solucioná-las, como a instalação de postos de registro em maternidades.

A Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, em parceria com outras instituições, tem realizado ações no sentido de erradicar o sub-registro no Maranhão – feito já alcançado em alguns municípios, como é o caso de Santa Quitéria do Maranhão. Diante disso, é necessário intensificar as ações para superar esse problema, alcançando os municípios e povoados mais distantes.

5. Ações

- Atualizar o sistema Regesta WEB, permitindo a interligação de dados/serventias para tornar possível, com agilidade os registros de nascimento.
- Firmar convênio com Secretarias de Estado para instalação de Postos Avançados.

- Realizar campanha esclarecedora, incentivando o registro civil.
- Monitorar mensalmente a quantidade de DNV emitidas e o número de registros de nascimento efetivado, identificando as localidades onde o número de registros de nascimentos for inferior ao número de DNV, intervindo diretamente para efetivação do registro.
- Consolidar a normalização referente ao Registro de Nascimento, em especial aquele fora do prazo.

4.1.2 Criar Postos de Atendimento de Conciliação – PAC.

ESTRATÉGIA: Criar Postos de Atendimento de Conciliação – PAC.

META: Criar Postos de Atendimento de Conciliação - PAC em todas as Comarcas que tenham unidades autônomas de Juizado Especial até 2014

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de unidades criadas

ÁREA RESPONSÁVEL: Coordenação dos Juizados Especiais

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Disponibilizar postos de atendimento, distribuídos em todo o Estado, vinculados a uma unidade jurisdicional, como forma de facilitar o acesso à Justiça e possibilitar maior celeridade na solução da questão.

2. Alinhamento estratégico

Tema: acesso ao sistema de Justiça.
Objetivo estratégico: facilitar o acesso à Justiça.

3. Clientes

A população e as unidades judiciais.

4. Justificativa

Os postos de atendimento de conciliação (PAC) visam facilitar o acesso do cidadão à Justiça, por meio da distribuição desses postos em todo o Estado.
Cada PAC será ligado a uma unidade jurisdicional (vara ou juizado), responsável pela supervisão do posto, e terá um profissional do direito – o Conciliador – para sua coordenação, com o apoio de entidades públicas e privadas.
Ademais, objetiva-se a redução das demandas nas unidades jurisdicionais, em caráter preventivo, posto que os conflitos resolvidos previamente por conciliação não serão transformados em ações judiciais.

5. Ações

- Realizar treinamento com conciliadores.
- Firmar parcerias com a iniciativa privada e pública para a disponibilização de espaço e funcionários, bem como para o aperfeiçoamento técnico dos funcionários.

4.1.3 Aumentar o número de municípios atendidos pela Justiça.

ESTRATÉGIA: Aumentar o número de municípios atendidos pela Justiça.

META: Aumentar em 50% os municípios atendidos por juizados especiais até 2014.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de juizados especiais criados (percentual de aumento do número de juizados).

ÁREA RESPONSÁVEL: Coordenação dos Juizados Especiais.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Visa à criação de novas unidades jurisdicionais autônomas de juizados especiais nos municípios maranhenses, com o intuito de facilitar o acesso da população à justiça.

2. Alinhamento estratégico

Tema: Acesso ao sistema de Justiça.
Objetivo Estratégico: Facilitar o acesso à Justiça.

3. Clientes

População.

4. Justificativa

A sociedade maranhense, cada vez mais consciente de seus direitos, tem procurado a Justiça Especial como forma de resolver os seus conflitos de forma célere e eficaz – grande promessa da Lei nº. 9.099/95, cujo rito é utilizado hoje em dia para a resolução de cerca de 60% dos litígios.
Apesar de a demanda em massa que está sujeita ao rito da Lei dos Juizados Especiais, o Maranhão conta apenas com dez cidades em que essas unidades autônomas estão presentes, o que significa dizer que, nas comarcas restantes, os feitos de competência dos juizados disputam esforços e atenção com os feitos da Justiça comum, tramitando todos em uma mesma unidade.
Por conseguinte, há a necessidade impreterível de ampliar a força de trabalho responsável pelo recebimento e processamento das ações de competência da Lei 9.099/95 em unidades autônomas, a fim de que os princípios dessa lei sejam efetivamente cumpridos e a população seja verdadeiramente beneficiada com as vantagens desse rito.

5. Ações

- Levantar nas comarcas que não possuem unidade jurisdicional autônoma de juizado especial, o número de ações distribuídas anualmente, afetas à Lei n.º 9.099/95, em relação ao número de ações da justiça comum;
- Realizar estudo sobre a viabilidade de criação de novas unidades de juizados nas comarcas onde o número de ações desta justiça seja superior ao número de ações da justiça comum;
- Elaborar projeto de lei que vise criar novos juizados especiais de acordo com o estudo de viabilidade realizado.
- Implementar programa de ação junto aos órgãos responsáveis do Poder Judiciário para instalação imediata dos juizados criados.

4.1.4 Investir na estruturação da execução penal.

ESTRATÉGIA: Investir na estruturação da execução penal.

META: Estruturar todas as unidades de execução penal até dezembro de 2012.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de unidades judiciais de execução penal com a estrutura definida.

ÁREA RESPONSÁVEL: Coordenadoria Especial de Acompanhamento aos Encarcerados.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover ações que visem à estruturação das unidades judiciais de execução penal no Maranhão

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Acesso ao sistema de Justiça
Objetivos estratégicos: Promover a efetividade do cumprimento das decisões judiciais

3. Clientes

Apenados que se encontram cumprindo pena, em regime aberto ou fechado, e ainda, penas alternativas. Além deles, têm-se benefícios para a sociedade e demais órgãos envolvidos na execução penal.

4. Justificativa

A execução penal no Maranhão é tema de constante debate diante das deficiências do sistema penal no Estado. Isso porque se tem um número excessivo de presos e de processos em tramitação, sem falar que muitos apenados encontram-se em presídios, mas já possuem direito aos benefícios da lei de execução penal ou mesmo já cumpriram a pena, mas o processo não foi analisado, ainda, pela Justiça.
É necessário, assim, um acompanhamento mais célere na execução da pena de forma a garantir a efetivação dos direitos dos apenados bem como promover um desafogamento.
Cumpre destacar que a melhoria do sistema penal no Maranhão não depende exclusivamente dos órgãos da Justiça, mas de todos os órgãos envolvidos no sistema, a Secretaria de Administração Penitenciária, o Ministério Público, a Defensoria Pública, dentre outros.

5. Ações

- Implantar o sistema VEP/CNJ nas demais unidades de execução penal.
- Levantar as condições estruturais das unidades judiciais de execução penal no Maranhão.
- Definir os recursos necessários para o funcionamento adequado de cada unidade.
- Estabelecer cronograma para reestruturação das unidades de execução penal de acordo com o levantamento das condições realizadas e recursos disponibilizados pelo Tribunal de Justiça e demais órgãos relacionados.
- Estruturar as unidades de execução penal no Maranhão
- Promover a virtualização dos processos das varas de execução criminal no Maranhão.
- Elaborar manuais de rotinas e procedimentos específicos das varas de execução criminal.
- Realizar treinamento específico para os secretários judiciais, oficiais de justiça e servidores das varas de execução criminais.

4.1.5 Implantar rol de culpados centralizado para viabilizar a construção do banco nacional de condenados.

ESTRATÉGIA: Implantar rol de culpados centralizado para viabilizar a construção do banco nacional de condenados.

META: Implantar rol de culpados centralizado até dezembro de 2012.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Índice de implantação do sistema.

ÁREA RESPONSÁVEL: Coordenadoria Especial de Acompanhamento aos Encarcerados.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Informatizar e unificar o registro de culpados com a implantação de rol de culpados centralizados.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Acesso ao sistema de Justiça.
Objetivos estratégicos: Promover a efetividade no cumprimento das decisões judiciais.

3. Clientes

Sociedade e os órgãos de investigação criminal, julgamento e execução penal.

4. Justificativa

O rol de culpados centralizado permitirá melhor acompanhamento dos condenados de forma a possibilitar a consulta dos magistrados para obtenção de informação de antecedentes dos indiciados e apenados.
A centralização do rol de culpados ocorrerá por meio de sistema informatizado e unificado de registro de culpados, feitos de forma eletrônica e individual e com garantia de confiabilidade das informações registradas.
Contribuirá para padronização do registro, ampliação e agilidade na consulta dos antecedentes dos réus para fins de processos em tramitação. Contribuirá, ainda, para a construção do banco nacional de condenados.

5. Ações

- Definir parâmetros para o cadastramento dos condenados.
- Realizar reuniões com juízes da área criminal para coletar informações e parâmetros
- Desenvolver sistema para cadastramento de condenados (rol de culpados centralizado), interligado ao sistema de virtualização das varas de execução criminal
- Implantar sistema nas varas criminais
- Realizar treinamento para orientação do sistema

4.1.6 Firmar parcerias com entidades públicas e privadas para educação e inserção social de menores infratores, menores carentes e vítimas da prostituição infantil.

ESTRATÉGIA: Firmar parcerias com entidades públicas e privadas para educação e inserção social de menores infratores, menores carentes e vítimas da prostituição infantil.

META: Firmar pelo menos 3 (três) parcerias para a promoção da educação e inserção social de menores infratores, menores carentes e vítimas da prostituição infantil até 2014.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de parcerias realizadas ao ano para a promoção da educação e inserção social de menores infratores, menores carentes e vítimas da prostituição infantil.

ÁREA RESPONSÁVEL: Juízes Auxiliares da CGJ

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Realizar parcerias visando promover a cidadania para criança, adolescentes e jovens infratores, carentes e vítimas da prostituição infantil.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Responsabilidade Social.
Objetivos estratégicos: Promover a Cidadania.

3. Clientes

Sociedade maranhense, de forma mais específica, criança, adolescentes e jovens infratores, carentes e vítimas da prostituição infantil.

4. Justificativa

Aumenta a cada dia o número de crianças, adolescentes e jovens em situação de risco, bem como de jovens infratores e vítimas da prostituição infantil, ensejando preocupação pelos órgãos governamentais, do Judiciário e demais entidades voltadas à criança e ao adolescente.
As crianças e adolescentes carentes também ensejam atenção, pois não possuem acesso a educação e saúde não tendo seus direitos básicos respeitados.
Não se pode olvidar que a Justiça maranhense tem papel preponderante na promoção da cidadania a essa parcela da população, em geral, vitimada pelas condições familiares em que vivem. Sem falar no papel do judiciário na execução das medidas sócioeducativas e, principalmente, na garantia dos direitos da criança e adolescente.
Assim, é relevante a atuação do Judiciário na busca pela promoção da educação e inserção social de crianças e adolescentes infratores, carentes e vítimas da prostituição infantil por meio de parcerias com entidades públicas e privadas voltadas a esse fim.

5. Ações

- Integrar a rede maranhense de Justiça Juvenil.
- Buscar convênio com o Instituto de Cidadania Empresarial para o encaminhamento de adolescentes infratores ao mercado de trabalho.
- Buscar convênio com o SESC/SENAI para realização de cursos profissionalizantes aos adolescentes em situação de risco.
- Implementar em todos os municípios o SINASE, com o acompanhamento judicial das medidas sócioeducativas.

4.1.7 Estimular a solução coletiva das demandas de massa.

ESTRATÉGIA: Estimular a solução coletiva das demandas de massa.

META: Aumentar para 50% o numero de demandas de massas resolvidas através de solução coletiva até 2014.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de soluções coletivas de demandas de massa realizadas.

ÁREA RESPONSÁVEL: Coordenação dos Juizados Especiais.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Estimular a solução coletiva das demandas de massa diante do número de ações desse tipo que contribuem para a falta de celeridade do Judiciário.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Eficiência Operacional.
Objetivos estratégicos: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

3. Clientes

Sociedade maranhense.

4. Justificativa

A ineficiência do Judiciário é tema recorrente na sociedade, na mídia e nos próprios órgãos da Justiça, ensejando atenção especial às medidas necessárias para otimização dos procedimentos administrativos afetos ao processo, a fim de propiciar celeridade processual e a garantia de direitos.
Nessa seara, ganha destaque a discussão sobre as demandas de massa que abarrotam o Judiciário, em especial os juizados especiais, de processos contra o mesmo reclamado e por vezes pelo mesmo motivo.
É necessário definir estratégias que possam atuar na solução das demandas de massa de forma a contribuir para a celeridade de tais ações e dos demais processos, bem como estimular os Juizados na adoção de medidas que otimizem seu julgamento.

5. Ações

- Identificar as demandas de massa em tramitação na justiça maranhense
- Verificar as entidades/partes envolvidas nas ações e os assuntos
- Promover reuniões entre os juízes titulares das varas/juizados em que tramitam as demandas de massa e membros do Ministério Público e Defensoria Pública, para discutir métodos de solução coletiva.
- Acompanhar o número de soluções coletivas de demandas de massa ocorridas
- Implementar mutirões para julgamento em bloco das demandas de massa.

4.1.8 Investir na estrutura dos juizados especiais.

ESTRATÉGIA: Investir na estrutura dos juizados especiais.

META: Estruturar todos os juizados especiais já criados até dezembro de 2012.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de juizados com condições estruturais adequadas.

ÁREA RESPONSÁVEL: Coordenação dos Juizados Especiais.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover ações que possibilitem condições estruturais adequadas para o funcionamento dos juizados especiais.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Eficiência operacional
Objetivos estratégicos: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

3. Clientes

Unidades autônomas de juizados especiais e a sociedade.

4. Justificativa

Os juizados especiais, criados para facilitar o acesso à Justiça em causas de menor complexidade, não vem conseguindo atingir seu objetivo diante do número de demandas impetradas nessa esfera e da demora na realização de audiência e na solução do conflito.
Além do número excessivo de ações na esfera dos juizados, soma-se ao fato a própria estrutura dessas unidades no Maranhão, as quais possuem problemas estruturais e organizacionais que contribuem para a sua ineficiência.
Dessa forma, é necessário investir na estrutura dessas unidades judiciais de forma a garantir que seu objetivo seja alcançado, promovendo a celeridade esperada pelo cidadão nas causas de menor complexidade.

5. Ações

- Realizar diagnóstico das condições estruturais (físicas, equipamentos etc.) dos juizados.
- Definir as condições estruturais ideais para um funcionamento adequado dos juizados especiais.
- Identificar os juizados que apresentam condições estruturais mais críticas, estabelecendo prioridade na sua estruturação.
- Estabelecer parcerias que auxiliem na estruturação dos juizados.

4.1.9 Incentivar a conciliação.

ESTRATÉGIA: Incentivar a conciliação.

META: Aumentar em até 60% a conciliação no âmbito das varas/juizados do Estado do Maranhão até junho 2014.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de conciliações realizadas no âmbito das varas e juizados do Estado do Maranhão.

ÁREA RESPONSÁVEL: Coordenação dos Juizados Especiais.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Incentivar a conciliação na Justiça Maranhense, com foco nos juizados especiais.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Eficiência Operacional.
Objetivos estratégicos: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

3. Clientes

Sociedade maranhense e os cidadãos que possuem demandas no âmbito dos juizados especiais.

4. Justificativa

Sabe-se que a demanda pelos órgãos judiciais se dá na busca pela garantia de um direito, principalmente, em razão de um conflito não solucionado. Cabe ao juiz, então, ouvir as partes, analisar os fatos e provas e decidir pela solução desse conflito.

Ocorre que por vezes o conflito mova-se mais pela falta de negociação entre as partes envolvidas do que por desobediência a direitos e garantias legais. Ganha destaque nesse cenário a figura da conciliação que busca pacificar as partes no sentido de encontrar uma solução comum a demanda de forma a ter-se um resultado mais rápido e eficaz do que a lentidão da análise do juiz e a espera dos prazos processuais.

Nesse contexto, aumenta a cada dia o número de conciliações realizadas e identifica-se que muitos conflitos podem ser resolvidos a partir de negociação de interesses. Por isso, é necessário incentivar a conciliação, promovendo capacitação para os conciliadores e o esclarecimento das partes sobre as vantagens de tal prática.

5. Ações

- Identificar junto aos órgãos jurisdicionais do 1º grau quais fatores dificultam a conciliação.
- Realizar entrevistas com magistrados, servidores e usuários das varas/juizados da Capital e interior (por amostragem) para identificar as dificuldades.
- Elaborar projeto baseado nas informações coletadas, a fim de implementar estratégias de ação.
- Iniciar estratégias de ação junto aos órgãos jurisdicionais.
- Firmar parcerias com órgãos e instituições de defesa do consumidor e outros para capacitar pessoas, com o intuito de definir estratégias para incrementar acordos extrajudiciais.
- Incentivar a conciliação, inclusive mediante sensibilização das grandes empresas demandadas.
- Capacitar o conciliador e demais servidores para que promovam a harmonização dos conflitos em todos os segmentos do Órgão Judicial e seu jurisdicionado.
- Levantar indicativos das ações estratégicas implantadas.

4.1.10 Otimizar os procedimentos de execução de mandados.

ESTRATÉGIA: Otimizar os procedimentos de execução de mandados.

META: Aumentar em 80% o número de mandados cumpridos até 2014.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de mandados cumpridos em relação ao total de mandados.

ÁREA RESPONSÁVEL: Juízes Auxiliares da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover ações que possibilitem a otimização dos procedimentos de execução de mandados.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Eficiência Operacional.
Objetivos estratégicos: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

3. Clientes

Os oficiais de justiça, as secretarias judiciais e os jurisdicionados que serão beneficiados pela otimização na execução dos mandados.

4. Justificativa

A solução de uma demanda judicial perpassa por uma série de procedimentos que dependem da secretaria judicial, dos oficiais de justiça e do juiz. Para uma solução célere e eficaz é necessário que esses procedimentos se realizem de forma que atenda as exigências legais bem como fluxos lógicos e eficientes.
Dentre esses procedimentos, destacam-se os necessários a execução dos mandados, uma vez que o cumprimento destes é essencial para a realização da audiência, por exemplo, e realização de vários trâmites processuais necessários ao andamento do processo.
Assim, a otimização dos procedimentos de execução de mandados é necessária para garantir maior celeridade ao processo de forma a evitar retrabalho com a realização dos mesmos procedimentos, em razão do não cumprimento do mandado.

5. Ações

- Melhorar a central de mandados de São Luís e Imperatriz.
- Elaborar manual de rotinas e procedimentos de cumprimentos de mandados.
- Realizar treinamento para os oficiais de justiça.
- Avaliar a necessidade de implementar em outras comarcas a central de mandados.

4.1.11 Aperfeiçoar os relatórios estatísticos como meio de identificação de ações repetitivas, projeção de demandas e percepção de fatores externos, para planejamento de ações.

ESTRATÉGIA: Aperfeiçoar os relatórios estatísticos como meio de identificação de ações repetitivas, projeção de demandas e percepção de fatores externos, para planejamento de ações.

META: Ter pelo menos 3 (três) relatórios estatísticos que possibilitem a identificação de ações repetitivas, projeção de demandas e percepção de fatores externos, para planejamento das ações até outubro de 2012.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de relatórios estatísticos existentes para identificar ações repetitivas, projeção de demandas e percepção de fatores externos em março de 2012 com os existentes em outubro de 2012.

ÁREA RESPONSÁVEL: Divisão de Estatística da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Aperfeiçoar os relatórios estatísticos como meio de identificação de ações repetitivas, projeção de demandas e percepção de fatores externos para o planejamento de ações.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Eficiência Operacional
Objetivos estratégicos: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

3. Clientes

Unidades judiciais de 1º grau e as unidades administrativas da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão.

4. Justificativa

As informações no Judiciário maranhense são falhas, os dados são repetitivos e insuficientes, o que dificulta as atividades que envolvem a obtenção de dados, como, por exemplo, a produtividade dos magistrados. Além do que não se tem dados para direcionar a tomada de decisão na Justiça maranhense.
Assim, há a necessidade de planejar as ações no judiciário a partir de dados bem como tomar decisões fundamentadas na realidade de cada unidade de forma a gerenciar a produtividade dos magistrados, servidores e unidades administrativas e judiciais.

5. Ações

- Identificar os sistemas e informações geradas atualmente no Judiciário.
- Identificar a necessidade de dados estatísticos de cada área.
- Verificar se os sistemas existentes permitem a inserção dessas informações para a geração dos relatórios necessários.
- Realizar as adequações necessárias no sistema.

4.1.12 Aumentar a produtividade do magistrado e a agilidade do julgamento.

ESTRATÉGIA: Aumentar a produtividade do magistrado e a agilidade do julgamento.

META: Aumentar em 80% a produtividade dos Magistrados de 1° grau, com consequente aumento na agilidade dos julgamentos, na mesma proporção, até 2014.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Produtividade do magistrado e índice de atendimento a demanda.

ÁREA RESPONSÁVEL: Juízes Auxiliares da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover ações que contribuam para o aumento da produtividade e o consequente aumento na agilidade dos julgamentos.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Eficiência Operacional.
Objetivos estratégicos: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

3. Clientes

Jurisdicionados e a sociedade.

4. Justificativa

As reclamações pelo tempo de duração do processo são crescentes, o que acarreta cobrança pela produtividade do magistrado e o aumento da agilidade dos julgamentos de forma a propiciar um julgamento célere e efetivo para que o Judiciário cumpra sua função constitucional.
Na maioria das vezes, atribui-se ao juiz a “culpa” pela demora no julgamento, ocorre que o julgamento está no ápice do processo e para que aconteça é necessário que uma série de outras atividades aconteça, dependendo da secretaria judicial, dos oficiais de justiça, dos demais órgãos da justiça (Ministério Público, Defensoria Pública, etc.) e, às vezes, do próprio jurisdicionado.
Assim, é imprescindível que se empreenda ações no sentido de identificar as causas reais pela demora no julgamento e atuar de forma a minimizá-las a fim de promover o aumento da produtividade do magistrado com o consequente aumento da agilidade dos julgamentos.

5. Ações

- Identificar as causas e entraves ao crescimento da produtividade do Magistrado, em termos gerais e individuais.
- Elaborar ações de incentivo ao magistrado e servidores visando a agilidade processual e aumento da produtividade.
- Modernizar e uniformizar o fluxo de trabalho das secretarias e gabinetes visando à organização e à racionalização.
- Ressaltar a importância do papel do magistrado na gestão, com a finalidade de maior interação deste com os demais servidores, objetivando a melhoria dos trabalhos no âmbito da secretaria.
- Habilitar os servidores da secretaria, em termos administrativos, judiciário e relação interpessoal, empregando as "Boas Práticas", com o objetivo de impulsionar os trabalhos.
- Incentivar a realização dos procedimentos exclusivamente via sistema informatizado.
- Atualizar os sistemas Jurisconsult e Themis PG de forma a disponibilizar campo de consulta de decisões monocráticas (despachos e decisões), respeitado o sigilo processual.

- Desenvolver sistema de busca avançada e filtros no sistema Themis.
- Orientar magistrados a alimentar o sistema Themis com as decisões, viabilizando a consulta de partes, advogados e outros.

4.1.13 Fortalecer a imagem institucional.

ESTRATÉGIA: Fortalecer a imagem institucional.

META: Obter 70% de aprovação na pesquisa até 2014.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Índice de confiança no Poder Judiciário do Maranhão.

ÁREA RESPONSÁVEL: Assessoria de Comunicação da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover ações que contribuam para o fortalecimento da imagem do Judiciário maranhense.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Eficiência Operacional
Objetivos estratégicos: Melhorar a imagem do TJMA junto a sociedade, aprimorando a comunicação com o público externo

3. Clientes

Sociedade e o judiciário maranhense.

4. Justificativa

A imagem do Judiciário está desgastada junto à sociedade diante de inúmeros problemas que cercam a Justiça, desde o indicativo de corrupção até a demora na entrega da prestação jurisdicional. Ocorre que a Justiça maranhense vem empreendendo esforços para a melhoria da sua imagem através de uma atuação proativa e eficiente.
Na Corregedoria, a preocupação é a mesma, ou seja, busca-se uma atuação proativa e eficiente dentro de sua área de competência de forma a cumprir com sua missão e promover a punição de magistrados e servidores que apresentam desvio de condutas e garantir a estrutura necessária à Justiça do 1º grau para um julgamento cada vez mais célere.
Assim, é necessário investir na imagem do Judiciário, em especial da CGJ como órgão de atuação correcional e disciplinar para que a sociedade perceba a mudança de postura e a atuação rígida e imparcial da CGJ.

5. Ações

- Ampliar e melhorar os canais de relacionamento com a sociedade e divulgar as campanhas da CGJ
- Produzir e veicular ação e veiculação de publicidade institucional da CGJ em jornais, tevês e rádios (a exemplo da Semana da Conciliação)
- Divulgar o papel e as iniciativas da CGJ à sociedade
- Produzir boletim informativo para o público externo
- Integrar ações entre Assessoria de Comunicação do TJMA e da CGJ

4.1.14 Fortalecer e aprimorar os meios de comunicação interna.

ESTRATÉGIA: Fortalecer e aprimorar os meios de comunicação interna.

META: Aprimorar os meios de comunicação interna até dezembro de 2012.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Meios de comunicação interna utilizados.

ÁREA RESPONSÁVEL: Assessoria de Comunicação da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover o aprimoramento da comunicação interna da CGJ.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Atuação institucional.
Objetivos estratégicos: Melhorar a imagem do TJMA junto à sociedade, aprimorando a comunicação com o público externo.

3. Clientes

Unidades administrativas da CGJ e as unidades judiciais de 1º grau.

4. Justificativa

Sabe-se que a comunicação é fundamental para o sucesso de qualquer organização pois promove a integração entre a equipe e a organização e o comprometimento dos empregados. Na CGJ, não é diferente. A comunicação é necessária e essencial para o alcance das metas previstas, por isso deve-se investir na comunicação interna como forma de conquistar os servidores e envolve-los com o Plano de Gestão.

5. Ações

- Realizar diagnóstico da comunicação interna da CGJ, identificando os meios de comunicação interna utilizados e as deficiências percebidas pelos servidores.
- Produzir Boletim Informativo eletrônico (quinzenal) para o público interno (servidores e órgãos do Judiciário).
- Planejar a comunicação de atividades e eventos internos da CGJ.
- Instalação de quadros de avisos nas unidades da CGJ.

4.1.15 Firmar parcerias para implementar projetos de interesse comum.

ESTRATÉGIA: Firmar parcerias para implementar projetos de interesse comum.

META: Aumentar para 80% o índice de parcerias estratégicas, até 2014.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Índice de parcerias estratégicas.

ÁREA RESPONSÁVEL: Chefia de Gabinete da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover ações que propiciem firmar parcerias para a implantação de projetos de interesse comum.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Atuação institucional.
Objetivos estratégicos: Fortalecer e harmonizar as relações entre os poderes, setores e instituições.

3. Clientes

A sociedade que se beneficiará com os resultados das parcerias firmadas.

4. Justificativa

Na execução de suas atividades, o Judiciário mantém relação com outros órgãos e instituições públicas e privadas, buscando desenvolve-las de forma mais assertiva a partir da união de esforços de partes que tenham interesse comum, gerando com isso maiores resultados para a sociedade.
Dessa forma, a CGJ entende que a realização de parcerias para a implantação de projetos de interesse comum propiciará resultados positivos no desenvolvimento de projetos que garantam a sociedade a efetivação de seus direitos enquanto cidadãos brasileiro, além de otimizar a utilização de recursos, que as vezes, aplicados de forma isolada não tem o mesmo alcance se combinados.

5. Ações

- Levantar os projetos em andamento no Poder Judiciário.
- Propor novos projetos a serem desenvolvidos pela CGJ até maio 2012.
- Identificar os projetos que possam ser viabilizados e/ou executados em parceria com entidades públicas e privadas.
- Estabelecer contato com instituições públicas e privadas para levantamento de projetos de interesse comum.
- Realizar reuniões com os gestores responsáveis por esses projetos visando auxiliar no processo de execução e na construção da parceria.
- Definir as parcerias prioritárias.
- Firmar parcerias para a implantação desses projetos.
- Formatar modelo de acompanhamento das parcerias firmadas.
- Elaborar relatório visando apurar os resultados obtidos com as parcerias.

4.1.16 Fortalecer o relacionamento com órgãos e entidades públicas e privadas para prevenir demandas repetitivas e impedir o uso abusivo e desnecessário da Justiça, sobretudo em matérias já pacificadas.

ESTRATÉGIA: Fortalecer o relacionamento com órgãos e entidades públicas e privadas para prevenir demandas repetitivas e impedir o uso abusivo e desnecessário da Justiça, sobretudo em matérias já pacificadas.

META: Realizar, semestralmente, pelo menos 3 (três) ações até 2014.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de ações realizadas.

ÁREA RESPONSÁVEL: Chefia de Gabinete da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover ações que busquem o fortalecimento do relacionamento com órgãos e entidades públicas e privadas para prevenir demandas repetitivas e impedir o uso abusivo e desnecessário da Justiça, sobretudo em matérias já pacificadas.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Atuação institucional.
Objetivos estratégicos: Fortalecer e harmonizar as relações entre os poderes, setores e instituições.

3. Clientes

A sociedade e, de forma mas específica, o jurisdicionado.

4. Justificativa

Demandas repetitivas contribuem para a falta de celeridade da Justiça na medida em que o aparelho judiciário é demandado por matérias já pacificadas e cujo resultado já está previamente delineado.
É necessária a conscientização de órgãos e entidades públicas e privadas no sentido de evitar demandas judiciais em razão de matérias já pacificadas ou mesmo resolver o conflito em fase de conciliação, evitando, assim, litígios demorados com objeto já decidido nas Cortes Superiores.
Assim, cabe ao Judiciário promover ações visando fortalecer o relacionamento com poderes, setores e instituições públicas e privadas para prevenir demandas repetitivas e impedir o uso abusivo e desnecessário da Justiça, sobretudo em matérias já pacificadas.

5. Ações

- Identificar os órgãos e entidades públicas e privadas que possuam grande número de processos em tramitação, como parte ré, na Justiça de 1º Grau.
- Promover reuniões entre magistrados buscando uniformizar matérias.
- Promover reuniões com órgãos e entidades, para divulgar o entendimento uniformizado da matéria, visando desestimular a repetição de conduta.
- Promover campanhas de prevenção do litígio, a exemplo da campanha "Nome Limpo, Crédito na Praça".

4.2 Metas Nacionais do CNJ

4.2.1 Cumprir as metas Nacionais do Judiciário (2009, 2010 e 2012).

ESTRATÉGIA: Cumprir as metas Nacionais do Judiciário (2009, 2010 e 2012).

META: Cumprir as metas do CNJ até dezembro de 2012 **(**Meta 2 de 2009 – Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores); Meta 2 de 2010 – Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007; Meta 3 de 2010 – Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009); Meta 1 de 2012 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012; Meta 2 de 2012 – Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 90% em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais).

INDICADOR DE DESEMPENHO: Percentual das metas alcançadas a partir dos resultados dos indicadores específicos.

ÁREA RESPONSÁVEL: Juízes Auxiliares da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover ações que possibilitem o julgamento de todos os processos distribuídos até 31/12/2005 e 31/12/2006 no 1º grau e nas turmas recursais (meta 2 de 2009 e meta 2 de 2010, respectivamente).

2. Clientes

Unidades judiciais de 1º grau e turmas recursais que possuam processos da meta.

3. Justificativa

O Conselho Nacional de Justiça estabelece desde 2009 metas para todo o Judiciário de forma a contribuir para a execução da estratégia nacional. Dentre as metas está a de julgamento de processos distribuídos até 31/12/2005 e 31/12/2006 no 1º grau e nas turmas recursais (meta 2 de 2009 e meta 2 de 2010, respectivamente).

Essa meta se alinha a busca pela produtividade dessas unidades e a garantia de julgamento observando-se os princípios da celeridade e da razoável duração do processo.

Ocorre que o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão de forma recorrente não vem conseguindo cumprir as chamadas “metas 2” dos anos de 2009 e 2010 e os motivos são os mais variados, desde a falta de atualização dos sistemas até a falta de organização e planejamento nas secretarias judiciais.

4. Ações

- Identificar as unidades judiciais que possuem processos pertencentes às “metas 2” de 2009 e 2010.
- Verificar se o sistema THEMIS está atualizado nessas unidades
- Promover ações de capacitação nessas unidades de forma a orientá-las sobre o cumprimento das metas.
- Promover ações de conscientização e sensibilização de magistrados e servidores sobre o cumprimento das metas – campanha interna de comunicação, produzir banners e cartazes, encaminhar emails informativos, disponibilizar assinatura de email com logo das metas.
- Disponibilizar ambiente de integração entre as unidades com processos relativos às “metas 2” de 2009 e 2010 para o compartilhamento de ideias, ações e planos empreendidos para alcance das metas.
- Elaborar cartilhas sobre as metas no sentido de orientar as unidades sobre a meta e seu cálculo.
- Criar selos alusivos à meta para “certificar” as unidades que cumpriram ou cumprirem a meta.
- Criar selos para marcar os processos relativos àsmetas.
- Acompanhar os dados no sistema de forma a intervir com mutirões, pauta zero nas unidades que apresentarem menor percentual de alcance das metas.
- Realizar parcerias com a AMMA e o SINDJUS para divulgação e cumprimento das metas.

4.3 Metas de Nivelamento

4.3.1 Garantir a publicação das ações correcionais.

ESTRATÉGIA: Garantir a publicação das ações correcionais.

META: Publicar 100% das ações correcionais (preservado o sigilo) até dezembro de 2012.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de ações correcionais publicadas.

ÁREA RESPONSÁVEL: Assessoria de Comunicação da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Garantir a publicação de todas as ações correcionais no site da CGJ.

2. Clientes

Sociedade maranhense.

3. Justificativa

Cada vez mais o Judiciário adota uma postura e atuação transparente a partir da publicidade dos seus atos e seguindo orientação do Conselho Nacional de Justiça e as exigências da própria sociedade.

Esse ano, a Corregedoria Nacional de Justiça reforça a transparência ao definir como meta a publicação das ações correcionais, orientando que a publicação deva ocorrer em prazo não superior a 10 dias da edição do ato ou aprovação do documento.

Busca-se com essa ação a garantia do direito de acesso a toda e qualquer pessoa aos dados relativos às ações correcionais.

4. Ações

- Acompanhar as ações correcionais (processos administrativos, relatórios de inspeção/correição, atos normativos e demais documentos).
- Definir campo no site onde serão divulgadas as ações correcionais.
- Receber o documento relativo a ações correcionais do Juiz Corregedor ou do Gabinete do Corregedor para publicação, após edição ou aprovação do documento. (prazo para encaminhamento do documento à assessoria – 8 dias).
- Disponibilizar dados relativos a ações correcionais no site da CGJ no prazo estabelecido (número do processo e conclusão, no caso dos magistrados).

4.3.2 Relatar os procedimentos disciplinares no prazo estabelecido.

ESTRATÉGIA: Relatar os procedimentos disciplinares no prazo estabelecido.

META: Relatar 80% dos procedimentos disciplinares em até 180 dias.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Percentual de procedimentos disciplinares relatados no prazo.

ÁREA RESPONSÁVEL: Juízes Auxiliares da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Garantir que os procedimentos disciplinares sejam relatados no prazo estabelecido.

2. Clientes

Magistrados, servidores e serventuários objeto de procedimentos disciplinares e a sociedade.

3. Justificativa

A Corregedoria Geral de Justiça tem como função precípua a correição e a disciplina de magistrados, servidores e serventuários no exercício de suas atividades de forma a garantir a probidade e obediências aos princípios constitucionais e legais que cercam a prestação jurisdicional, bem como o trabalho desenvolvido pelos delegatários.

Nesse processo, prevalece também a garantia de princípios como o contraditório e a ampla defesa como forma de garantir aos envolvidos a possibilidade de apresentarem defesa e provas sobre os fatos alegados.

Assim, é necessário que os procedimentos disciplinares sejam realizados de acordo com as regras legais e normativas da instituição, bem como ocorra dentro de um prazo razoável de forma a garantir a absolvição ou punição, conforme o caso.

4. Ações

- Levantar o percentual de processos relatados no prazo de 120 dias.
- Buscar identificar as causas pelo não cumprimento dos prazos.
- Sensibilizar os juízes corregedores sobre a importância do cumprimento da meta.
- Acompanhar o percentual de processos relatados no prazo, empreendendo medidas de intervenção no caso de diminuição do número de processos que atinjam a meta.

4.3.3 Realizar correição nas unidades jurisdicionais.

ESTRATÉGIA: Realizar correição nas unidades jurisdicionais.

META: Realizar, anualmente, correição em pelo menos 30% das unidades jurisdicionais, ainda que por amostragem.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Percentual de unidades jurisdicionais correcionadas.

ÁREA RESPONSÁVEL: Juízes Auxiliares da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover ações que possibilitem a realização de correição em 30% das unidades jurisdicionais.

2. Clientes

Unidades jurisdicionais.

3. Justificativa

A realização de correições é uma das atribuições da Corregedoria Geral de Justiça e permite a identificação de eventuais falhas ou pontos de estrangulamento do trabalho, com a respectiva elaboração de plano de ação para a solução dos problemas detectados nas unidades jurisdicionais.
È necessário que a CGJ atue de forma ativa no que tange as correições, cumprindo uma das suas principais atribuições e garantindo os ajustes necessários para uma melhor prestação jurisdicional.

4. Ações

- Realizar sorteio de 30% das unidades jurisdicionais que sofrerão correição no ano de 2012.
- Elaborar cronograma de realização de correição por pólo.
- Treinar equipe para a realização das correições.
- Elaborar novo manual de correições para as unidades jurisdicionais e desenvolver, junto com a Tecnologia da Informação do TJMA, programa de software específico para essa finalidade.

4.3.4 Acompanhar o cumprimento das metas nacionais do CNJ.

ESTRATÉGIA: Acompanhar o cumprimento das metas nacionais do CNJ.

META: Fiscalizar 100% das metas nacionais do CNJ.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Percentual de metas cumpridas.

ÁREA RESPONSÁVEL: Diretoria da Secretaria da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Fiscalizar as metas nacionais do Conselho Nacional de Justiça.

2. Clientes

Unidades jurisdicionais e administrativas relacionadas às metas nacionais, o Conselho Nacional de Justiça e a sociedade.

3. Justificativa

O Conselho Nacional de Justiça, visando otimizar as atividades do Judiciário e garantir uma prestação jurisdicional célere e efetiva, estabeleceu a adoção do Planejamento Estratégico por todos os Tribunais de Justiça, em 2009. Desde então, o CNJ vem determinando metas para os Tribunais que contribuem para a implantação do Planejamento e visam uniformizar as atividades e resultados dos órgãos do Judiciário no Brasil.

Algumas das metas estabelecidas pelo CNJ não vem sendo cumpridas pelos Tribunais, ensejando a adoção de medidas pontuais para eliminar os entraves e causas do seu não cumprimento. Dessa forma, a CGJ entende ser necessária adoção de estratégias capazes de contribuir para o alcance das metas estabelecidas pelo CNJ, afetas ao 1 grau, tanto em relação as metas de anos anteriores que não foram cumpridas quanto as metas do ano corrente.

4. Ações

- Identificar todas as metas nacionais, seu status de cumprimento e sistema de medição.
- Emitir relatório mensal dos dados relativos as metas nacionais, acompanhando o percentual de realização.

4.4 Metas da ENASP

4.4.1 Garantir o alcance das metas 03 e 04 – ENASP.

ESTRATÉGIA: Garantir o alcance das metas 03 e 04 – ENASP.

META: Alcançar a fase de pronúncia em todas as ações penais por crime de homicídio ajuizadas até 31.12.2008 e Julgar as ações penais relativas a homicídio doloso distribuídas até 31 de dezembro de 2007.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Percentual de ações penais por crime de homicídio ajuizadas até 31.12.2008 na fase de pronúncia e Percentual de ações penais julgadas, relativas a homicídio doloso distribuídas, até 31 de dezembro de 2007.

ÁREA RESPONSÁVEL: Juízes Auxiliares da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover ações para o cumprimento da meta 03 – ENASP

2. Clientes

Unidades criminais que possuam ações penais por crime de homicídio e a sociedade.

3. Justificativa

Os Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ) realizaram parceria, em 2010, visando a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública, além de reunir e coordenar as ações de combate à violência e traçar políticas nacionais na área, através da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP).

Dentre as ações da ENASP estão a fixação de metas voltadas para agilizar e dar maior efetividade à investigação, à denúncia e ao julgamento dos crimes de homicídio, o que fundamenta as metas 3 e 4 da ENASP, no sentido de atuar nas ações penais por crime de homicídio ajuizadas até 31.12.2008 para alcançar a fase de pronúncia e no julgamento das ações penais relativas a homicídio doloso distribuídas até 31 de dezembro de 2007.

È essencial para a sociedade a garantia de uma ação penal célere e efetiva, que cumpra os rigores da lei de forma a contribuir com o combate à violência, além de dar uma resposta à sociedade da prestação jurisdicional no que compete a questão criminal. Como a Justiça criminal do Maranhão não alcançou as metas propostas, é necessário empreender esforços no sentido de contribuir para o cumprimento das referidas metas.

4. Ações

- Identificar a situação atual do alcance das metas ENASP.
- Verificar as unidades judiciais que possuam processos contemplados pelas metas e o número de processos em cada uma delas.
- Levantar estratégias utilizadas por outros tribunais e instituições para o alcance das metas.
- Identificar as estratégias utilizadas que podem ser aplicadas nas unidades judiciais do Estado.
- Capacitar Magistrados e Servidores no que concerne a questões criminais no caso de homicídio e nos procedimentos que podem otimizar sua tramitação.
- Acompanhar o cumprimento da meta, através de monitoramento estatístico do julgamento das ações penais e dos processos relativos às metas.
- Empreender ações nas unidades que apresentarem menor índice de cumprimento da meta.

4.5 Metas específicas da CGJ

4.5.1 Implantar método de gerenciamento de processos (rotinas de trabalhos) nas serventias judiciais.

ESTRATÉGIA: Implantar método de gerenciamento de processos (rotinas de trabalhos) nas serventias judiciais.
META: Implantar método de gerenciamento de processos (rotinas de trabalhos) em 30% das serventias judiciais em 2012.
INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de unidades judiciais com gerenciamento de rotinas implantado.
ÁREA RESPONSÁVEL: Juízes Auxiliares da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade
Promover o gerenciamento de processos de trabalho nas serventias judiciais.

2. Clientes
Serventias judiciais.

3. Justificativa
O mapeamento e modelagem dos processos são fundamentais em qualquer organização para imprimir celeridade e efetividade as suas atividades, permitindo a melhoria contínua dos processos para atender as necessidades e expectativas das partes envolvidas.
Registre-se que o gerenciamento de processos permite a otimização dos recursos disponíveis, melhoria na comunicação e no comprometimento dos servidores, já que estabelece os fluxos dos procedimentos e os resultados esperados, direcionando as atividades a serem desenvolvidas.
Por isso, pretende-se investir na implantação do gerenciamento de processos administrativos nas serventias judiciais com o fim de melhorar a realização das suas atividades, identificando etapas e procedimentos desnecessários ou repetitivos e a agilidade na tramitação dos processos.

4. Ações
- Promover a capacitação das unidades judiciais no gerenciamento de processos.
- Definir as principais rotinas de trabalho para elaboração do fluxo padrão.
- Definir modelos de documentos para padronização da comunicação no Judiciário maranhense.
- Revisar o Manual das Secretarias Judiciais, realizando sua atualização e disponibilizando as unidades judiciais.
- Buscar junto a Diretoria de Informática disponibilizar no sistema Themis modelos de documentos judiciais.
- Estimular a utilização do Themis nas secretarias judiciais.

4.5.2 Desenvolver projetos sociais.

ESTRATÉGIA: Desenvolver projetos sociais.

META: Realizar 4 (quatro) ações sociais, de acordo com os programas estabelecidos pela CGJ, em 2012.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de ações sociais realizadas pela CGJ em 2012.

ÁREA RESPONSÁVEL: Juízes Auxiliares da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover ações e projetos sociais pela CGJ.

2. Clientes

Sociedade e, de forma mais específica, os cidadãos atingidos pelos projetos.

3. Justificativa

O desenvolvimento de projetos e ações sociais é importante no contexto atual do Estado, marcado pela precariedade de direitos básicos do cidadão. Grande parte da população maranhense não tem acesso a educação, saúde, oportunidades de emprego, moradia...

A atividade fim do Judiciário não está relacionada a ações e projetos sociais, no entanto, a CGJ não pode se furtar a contribuir para minimizar alguns dos problemas sociais encontrados pela sociedade maranhense, principalmente, no que tange a garantia e promoção de direitos.

Por isso, é importante a atuação com projetos sociais que buscam garantir a efetivação de direitos Omo o projeto Pai Presente, Casamentos Comunitários, Prevenção de drogas, dentre outros.

4. Ações

- Levantar todos os projetos sociais desenvolvidos nas outras gestões da CGJ.
- Identificar os resultados desses projetos e seu alcance na sociedade.
- Analisar os projetos e resultados a fim de identificar aqueles relevantes para continuidade.
- Levantar outras ações que possam ser desenvolvidas na esfera social pela CGJ, tendo em vista a busca pela garantia e promoção dos direitos do cidadão.
- Identificar as áreas responsáveis pela ação social e realizar reuniões de orientações para elaboração e realização do projeto.
- Desenvolver e executar os projetos sociais de acordo com o planejamento.

4.5.3 Revisar os normativos (Código de Normas, Regimento interno e Regulamentos) da CGJ.

ESTRATÉGIA: Revisar os normativos (Código de Normas, Regimento interno e Regulamentos) da CGJ.

META: Revisar, elaborar e compilar todos os atos normativos da CGJ até junho de 2012.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de normativos revisados.

ÁREA RESPONSÁVEL: Juízes Auxiliares da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover a revisão e consolidação dos normativos da CGJ.

2. Clientes

Unidades administrativas da CGJ e judiciais de 1º grau e, indiretamente, a sociedade.

3. Justificativa

Para garantir agilidade nos trâmites administrativos é essencial que se tenha delimitado as atribuições de cada unidade, bem como atualizado os normativos que regulamentam as atribuições e funcionamento da mesma. A CGJ se insere nessa seara ao desenvolver atividades administrativas internas e relacionadas ao 1º grau que precisam ser definidas e regulamentas.

Cabe lembrar que os normativos em questão já existem e estão em vigor, ocorre que muitos já não atendem mais à realidade das unidades, pois mudanças já aconteceram e determinam a mudança também dos normativos, a fim de se adequar a essa nova realidade. É necessário, ainda, suprir lacunas, omissões e obscuridades ora existentes.

Assim, a revisão e consolidação dos normativos da CGJ, tanto em relação às unidades administrativas, quanto em relação às unidades judiciais de 1º grau, é essencial para que seu funcionamento ocorra de forma efetiva promovendo o alcance de sua missão institucional.

4. Ações

- Formar comissão responsável pela revisão e consolidação dos normativos da CGJ.
- Levantar todos os normativos existentes e em vigor referentes às unidades administrativas da CGJ e as unidades judiciais de 1º grau.
- Delimitar cronograma de revisão dos normativos.
- Analisar o normativo de acordo com o cronograma.
- Realizar a consolidação do normativo de acordo com a revisão realizada.
- Encaminhar o normativo revisado para aprovação pelo Plenário.
- Compilar todos os normativos da CGJ e disponibilizar no site da CGJ.

4.5.4 Atualizar os dados das Comarcas e Serventias Extrajudiciais no site da CGJ.

ESTRATÉGIA: Atualizar os dados das Comarcas e Serventias Extrajudiciais no site da CGJ.

META: Disponibilizar todos os dados das Comarcas e Serventias Extrajudiciais no site da CGJ até junho de 2012.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de unidades com dados atualizados no site da CGJ.

ÁREA RESPONSÁVEL: Assessoria de Comunicação da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover a atualização dos dados cadastrais das Comarcas e Serventias Extrajudiciais no site da CGJ

2. Clientes

Sociedade.

3. Justificativa

A sociedade e demais órgãos afetos ao Judiciário permanentemente buscam informações sobre as comarcas e serventias extrajudiciais no site da CGJ e acabam não encontrando as informações desejadas ou o site está desatualizado.

È relevante divulgar e atualizar informações sobre histórico da unidade, dada da criação, titular, telefone, endereço, dentre outros dados específicos.

A comunicação com o público externo é fundamental para a melhoria da imagem do Judiciário e, de forma específica da CGJ e a disponibilização das informações sobre as Comarcas e Serventias Extrajudiciais colabora para um melhor relacionamento com sociedade e parceiros.

4. Ações

- Identificar as Comarcas e Serventias Extrajudiciais que possuem dados no site da CGJ.
- Verificar se os dados disponíveis estão atualizados.
- Buscar informações sobre as Comarcas e Serventias Extrajudiciais com dados desatualizados ou inexistentes.
- Atualizar o site da CGJ com os dados levantados.
- Interagir com as demais unidades da CGJ para que qualquer alteração nas Comarcas e Serventias Extrajudiciais seja encaminhada à Assessoria de Comunicação da CGJ para atualização no site.

4.5.5 Gerenciar os processos de trabalho administrativo da CGJ.

ESTRATÉGIA: Gerenciar os processos de trabalho administrativo da CGJ.

META: Mapear e modelar os processos executados na CGJ até junho de 2012.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Número de processos remodelados.

ÁREA RESPONSÁVEL: Juízes Auxiliares da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Gerenciar os processos de trabalho administrativos da CGJ, promovendo o mapeamento e a modelagem de todos eles.

2. Clientes

Unidades administrativas da CGJ, as unidades judiciais e a sociedade.

3. Justificativa

O mapeamento e modelagem dos processos da CGJ são fundamentais para imprimir celeridade e efetividade as suas atividades permitindo a melhoria contínua dos processos para atender as necessidades e expectativas das partes envolvidas.

Registre-se que o gerenciamento de processos permite a otimização dos recursos disponíveis, melhoria na comunicação e no comprometimento dos servidores, já que estabelece os fluxos dos procedimentos e os resultados esperados, direcionando as atividades a serem desenvolvidas.

Por isso, pretende-se investir no gerenciamento de processos administrativos internos da CGJ com o fim de melhorar a realização das suas atividades, identificando etapas e procedimentos desnecessários ou repetitivos e a agilidade na tramitação dos mesmos.

4. Ações

- Identificar os processos e atividades.
- Definir quais são os processos prioritários.
- Levantar o fluxo atual junto às áreas envolvidas.
- Definir novo fluxo dos processos, de acordo com as oportunidades de melhoria identificadas.
- Padronizar os atos administrativos da CGJ, estabelecendo modelo padrão de ofícios, avisos, comunicações, portarias, ordens internas de serviço, memorandos, atos e demais expedientes administrativos da CGJ.
- Elaborar manuais e/ou cartilhas de procedimentos administrativos.

4.5.6 Aproximar as serventias extrajudiciais da CGJ.

ESTRATÉGIA: Aproximar as serventias extrajudiciais da CGJ.

META: Atuar em 100% das serventias extrajudiciais no ano de 2012.

INDICADOR DE DESEMPENHO: Percentual de ações realizadas pela CGJ junto às serventias extrajudiciais.

ÁREA RESPONSÁVEL: Juízes Auxiliares da CGJ.

DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA

1. Escopo ou finalidade

Promover aproximação das serventias extrajudiciais com a corregedoria para orientação e fiscalização garantindo a efetiva prestação de serviços e a atuação dos cartorários dentro dos parâmetros legais.

2. Clientes

Serventias extrajudiciais.

3. Justificativa

Percebe-se a necessidade de maior aproximação da CGJ das serventias extrajudiciais, bem como maior acompanhamento e controle de suas atividades. Por isso, destaca-se essa estratégia como relevante, pois visa promover essa aproximação além de garantir maior controle da CGJ nas serventias judiciais. Isso permitirá efetividade na prestação dos seus serviços.

4. Ações

- Desenvolver, junto à Tecnologia da Informação do TJMA, software para cadastramento das serventias extrajudiciais, com possibilidade de anexar os documentos pessoais e realizar histórico de cada serventia, bem como apto a realizar correições e inspeções virtuais.
- Cadastrar todas as serventias extrajudiciais (informações gerais, informações sobre equipamentos, acesso à internet).
- Conhecer o SISDFERJ/SIAFERJ e desenvolver formas de interoperabilidade entre estes e os softwares da CGJ.
- Realizar convênio com o BB para o SICASE.
- Realizar convênio com a Caixa Econômica Federal para desconto nos emolumentos do primeiro imóvel financiado.
- Planejar a implantação do regesta *web* nas serventias que ainda não o possuem.
- Planejar a implantação de programas de correição/fiscalização *on-line.*
- Elaborar ato normativo para implantação do grupo de Auditores de Inspeção.
- Dar treinamento aos auditores de inspeção.
- Elaborar cronograma de fiscalização das serventias extrajudiciais.

5 PARTICIPAÇÃO DA CGJ NA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA (GPJ)

Destaca-se ainda, que esta CGJ possui metas de produtividade em seus setores administrativos visando promover maior agilidade e resultados. As metas de produtividade estão relacionadas à gratificação por produtividade judiciária (GPJ), instituída pela Lei n.º 9.326, de 03 de dezembro de 2010 e definidas por Resoluções e Portarias do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

A CGJ acompanhará o cumprimento das metas e atuará de forma intensiva para o alcance das mesmas, vez que entende ser de extrema importância o reconhecimento da participação dos servidores nos resultados do órgão, pois permite a valorização e motivação dos mesmos.

As unidades da CGJ receberão a gratificação, caso alcancem as metas estabelecidas, conforme descrito na tabela abaixo.

Unidade responsável		**Meta**
Diretoria/Assessoria	**Coordenadoria/Divisão**	
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA CORREGEDORIA	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA CORREGEDORIA	Veicular 600 (notícias) matérias anuais no site da CGJ, sendo no mínimo 20/mês, produzidas pela equipe da Assessoria de Comunicação da CGJ.
GABINETE DOS JUÍZES AUXILIARES DA CORREGEDORIA	GABINETE DOS JUÍZES AUXILIARES DA CORREGEDORIA	Concluir 90% dos processos no prazo de 15 (quinze) dias.
ASSESSORIA DA CORREGEDORIA	ASSESSORIA DA CORREGEDORIA	Concluir 90% dos processos no prazo de 15 (quinze) dias.
ASSESSORIA TÉCNICA DA CORREGEDORIA	ASSESSORIA TÉCNICA DA CORREGEDORIA	Concluir 90% dos processos no prazo de 15 (quinze) dias.
ASSESSORIA DE INFORMÁTICA DA CORREGEDORIA	ASSESSORIA DE INFORMÁTICA DA CORREGEDORIA	Realizar 90% dos atendimentos para as unidades internas da CGJ no prazo padrão de 2 (dois) dias úteis.
CHEFIA DE GABINETE DA CGJ	CHEFIA DE GABINETE DA CGJ	Garantir que 90% das intimações sejam respondidas no prazo estipulado pelo CNJ.
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA	DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	Atender 90% das solicitações em até 5 (cinco) dias úteis.
	DIVISÃO DE PESSOAL	Elaborar 95% das portarias no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE FÓRUNS	COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE FÓRUNS	Dar tratamento a 95% das solicitações no prazo de 2 (dois) dias úteis.
COORDENADORIA DO CONSELHO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	COORDENADORIA DO CONSELHO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	Garantir que 60% das unidades autônomas de juizados especiais (UAJE) alcancem 100% de produtividade.
	COORDENADORIA DO CONSELHO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	Garantir que 60% das unidades autônomas de juizados especiais (UAJE) reduzam em 20% o seu acervo.
COORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CORREIÇÃO, DISCIPLINA E AVALIAÇÃO DE JUÍZES DE DIREITO	DIVISÃO DE JUÍZES VITALÍCIOS	Garantir que 80% dos RMA's sejam validados até o último dia do mês de referência.
		Garantir a realização de 95% das instruções processuais até 5 (cinco) dias úteis.
	DIVISÃO DE JUÍZES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO	Garantir que 80% dos RMA's sejam validados até o último dia do mês de referência.
		Garantir a realização de 75% das instruções processuais até 5 (cinco) dias úteis.
	DIVISÃO DE ESTATÍSTICA	Arquivar 95% dos RMA's no prazo de 2 (dois) dias úteis.
		Garantir a realização de 80% das instruções processuais até 5 (cinco) dias úteis.
COORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CORREIÇÃO, DISCIPLINA E AVALIAÇÃO DAS SERVENTIAS	DIVISÃO DAS SERVENTIAS JUDICIAIS	Dar prosseguimento a 60% dos processos no prazo padrão de 7 (sete) dias úteis.
	DIVISÃO DAS SERVENTIAS EXTRA-JUDICIAIS	Dar prosseguimento a 60% dos processos no prazo padrão de 7(sete) dias úteis.
COORDENADORIA DE FINANÇAS DA CGJ	COORDENADORIA DE FINANÇAS DA CGJ	Analisar 90% das requisições de adiantamento em 1 (um) dia útil.
		Realizar o processamento de 90% das solicitações de diárias até 3 (três) dias úteis.
SECRETARIA GERAL DA CGJ	SECRETARIA GERAL DA CGJ	Concluir 95% dos processos de diárias/CGJ no prazo padrão de 5 (cinco) dias úteis.
		Concluir 95% dos processos em 15 (quinze) dias úteis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaco, mais uma vez, que este plano será o norte principal da administração da CGJ/MA neste biênio, que se coloca no firme propósito de cumprimento das metas aqui estabelecidas, o que é fundamental para o alcance dos resultados desejados e cujo reflexo positivo perpassará o plano interno atingindo a sociedade, destinatária final e principal de todas as ações do Poder Judiciário.

O envolvimento e a motivação do corpo funcional na discussão e elaboração deste plano de gestão, imbuído de verdadeiro espírito público, legitima as ações aqui propostas e traz a convicção de que sua concretização será exitosa.

Por fim, reconheço que no curso da implantação das ações, podem e devem surgir outras variáveis, para as quais esta administração está preparada para responder com agilidade, adaptando-se aos contextos distintos, certo de que tais aspectos não se constituem em obstáculos inalcançáveis, mas em desafios a serem superados e que proporcionarão a melhoria contínua dos processos de gestão desta CGJ/MA.

ANEXOS

Anexo 01 – Formulação Estratégica do TJMA

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 18 DE MARÇO DE 2009
Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

A Estratégia do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

APRESENTAÇÃO

Em fevereiro de 2008, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) iniciou o processo de orientação de sua gestão para um modelo estratégico, visando o adequado funcionamento administrativo e a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Judiciário.

O processo de planejamento estratégico surgiu como forma de apoiar o TJMA na operacionalização desse processo de mudança. Nessa construção, foi possível definir a Missão, a Visão de Futuro e Valores do Poder Judiciário do Maranhão.

Foi realizado um levantamento que permitiu a definição de diretrizes para o estabelecimento de planos de ação, a identificação de recursos potenciais e o reconhecimento de fraquezas que precisam ser superadas, com a definição de medidas integradas a serem implementadas, para assegurar o sucesso dos resultados almejados.

O Plano Estratégico do Poder Judiciário do Maranhão, orientado pela Fundação Getulio Vargas – FGV e coordenado pelo Núcleo de Planejamento Estratégico – NPE, que ora se apresenta, foi desenvolvido de forma participativa e se constitui como importante ferramenta para o aprimoramento da gestão das atividades judiciárias, com o conseqüente fortalecimento do acesso à Justiça pelos cidadãos e da otimização da prestação jurisdicional.

Atende, ainda, às determinações do Conselho Nacional de Justiça no que tange ao alinhamento do Planejamento Estratégico dos Tribunais à estratégia do Poder Judiciário Nacional, conforme previsão no art. 2° da Resolução 70.

É importante registrar que o Planejamento Estratégico do Judiciário do Maranhão foi iniciado, como já dito, em fevereiro de 2008, logo catorze meses antes da edição da Resolução n.º70 do CNJ, que fixou a obrigatoriedade de elaboração desse documento e da participação de representantes de classes.

Inobstante, desde aquela época, buscou-se a participação de servidores e juízes em reuniões e workshops, a fim de serem definidos os objetivos estratégicos do planejamento do judiciário estadual.

Registre-se, ainda, que quando da edição da Resolução n.º 70, o CNJ traçou objetivos nacionais que não haviam sido contemplados pelo planejamento estratégico já iniciado, razão pela qual o NPE promoveu a adequação do documento final às exigências do CNJ, alinhando os objetivos específicos do Poder Judiciário maranhense aos objetivos nacionais.

Assim, o presente documento, além de contemplar as perspectivas e quinze objetivos estratégicos fixados pelo CNJ, mostra-se mais amplo, pois prevê sessenta e cinco estratégias, consistentes em projetos e planos de ação, dentro daquilo que foi traçado no processo participativo de construção do planejamento estratégico do Judiciário maranhense.

Nos projetos e planos de ação apresentados na formulação específica para o TJMA, observa-se que certos valores financeiros encontram-se em aberto, pelos seguintes motivos: alguns desses montantes são de difícil mensuração – até porque somente após o diagnóstico é que poderão ser

definidos; enquanto que outros não foram fornecidos pelas áreas responsáveis, a despeito das orientações recebidas.

É importante reforçar que os Objetivos Estratégicos definidos para o TJMA devem ser percebidos, permanentemente, como objetivos de toda a organização, e não de exclusividade ou responsabilidade particular de uma área. São, portanto, transversais às diversas áreas, exigindo grande comprometimento e coordenação. A continuidade do processo é, portanto, fundamental à consolidação e ao fortalecimento do pensamento estratégico no Tribunal de Justiça do Maranhão.

De fato, planejar é pensar em perspectiva futura, nunca imediatista, posto que exige um período de execução de no mínimo cinco anos; e, mais ainda, permite ao gestor eleger prioridades, que possibilitam fazer mais com o mesmo orçamento.

Afinal, “administrar bem” é gerir com eficácia e eficiência pessoas e recursos que, em regra, nunca são suficientes para a real demanda.

Desembargador Raimundo Freire Cutrim
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto
Corregedor Geral da Justiça

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Missão:

Garantir a justiça, dirimindo conflitos de forma efetiva e acessível à sociedade, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Visão:

Ser reconhecido como uma instituição ágil e efetiva na solução dos conflitos em sociedade, conjugando tratamento humanizado com práticas modernas de gestão e uso eficaz da tecnologia.

Atributos de Valor para a Sociedade:

- **Ética** - Agir com honestidade e integridade em todas as suas ações e relações;
- **Transparência** - Praticar atos com visibilidade plena no desempenho de suas atribuições;
- **Excelência dos serviços** - Materialização de todo o esforço da organização para o atendimento das necessidades de todos os interessados;
- **Valorização das pessoas** - Dar autonomia para atingir metas, criar oportunidades de aprendizado, de desenvolvimento das potencialidades e de reconhecimento pelo bom desempenho;
- **Justiça** - Manter a ordem social através da preservação dos direitos em sua forma legal (constitucionalidade das leis); e
- **Comprometimento** - Atuar com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades.

Tema:

Acesso ao Sistema de Justiça

Objetivo Estratégico 1:

Facilitar o acesso à Justiça.

Descrição do Objetivo:

Promover o acesso ao Poder Judiciário, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos judiciais e garantir a equidade no atendimento à sociedade.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de acesso à justiça

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
1. Índice de acesso à justiça	Aumentar para 75% os municípios atendidos, (aonde a justiça chega de alguma forma), até 2014.						
	50%	55%	60%	65%	70%	75%	

Projetos Relacionados:

- Juizado Especial: Acesso à Justiça Facilitado
- Postos de Atendimento de Conciliação – PAC
- Eliminação do subregistro civil

Tema:

Acesso ao Sistema de Justiça

Objetivo Estratégico 2:

Promover a efetividade no cumprimento das decisões judiciais.

Descrição do Objetivo:

Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário, a fim de garantir que os direitos determinados pelos Magistrados alcancem resultados concretos para a população atendida.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

• Taxa de Congestionamento na fase de execução (1º grau, 2º grau, Turmas Recursais e Juizados);
• Produtividade do magistrado (execução) e (1º grau, 2º grau, Turmas Recursais e Juizados);

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base*	2010	2011	2012	2013	2014	
2. Taxa de Congestio-namento na fase de execução (1º grau, e Juizados)	Reduzir para 40%, a taxa de congestionamento na fase de execução, até 2014.*						
	1º grau 60,88%	5%	10%	20%	30%	40%	
	Juizados 50,10%	5%	10%	20%	30%	40%	
3. Produtivi-dade do magistrado (execução) e (1º grau e Juizados)	Aumentar para 80% a produtividade do magistrado até 2014						
	1º grau 22	10%	20%	40%	60%	80%	
	Juizados 97	10%	20%	40%	60%	80%	

*Foram considerados o total de processos baixados do 1º semestre de 2009.

Projetos Relacionados:

- Juizado Especial: Acesso à justiça facilitado
- Postos de Atendimento ao Cidadão - PAC
- Mutirões
- Guia de Boas Práticas

Tema:

Responsabilidade Social

Objetivo Estratégico 3:

Promover a cidadania

Descrição do Objetivo:

Promover o desenvolvimento e a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

• Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
4. Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais.	Aumentar em 50% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais, até 2014*.						
	3758	10%	20%	30%	40%	50%	

* número de pessoas beneficiadas considerando os projetos Casamentos Comunitários, Casa Abrigo e Central de Cidadania.

Projetos Relacionados:

- Projeto de Apoio à Mulher: Fórum de violência doméstica e familiar contra a mulher
- Postos de Atendimento de Conciliação – PAC
- Casamentos comunitários
- Casa Abrigo
- Central de Cidadania

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico 4:

Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

Descrição do Objetivo:

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos a fim de assegurar a razoável duração do processo e assegurar a eficiência operacional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

• Taxa de Congestionamento (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)
• Produtividade do magistrado (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)
• Índice de atendimento à demanda
• Índice de agilidade no julgamento (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)
• Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços
• Índice de virtualização dos processos novos
• Eficiência na arrecadação de receitas

Indicador	**Meta**						**Projetos em andamento e novos**
	Linha de base*	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	
5. Taxa de Congestiona-mento (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Turmas Recursais e Juizados)	Reduzir para 50% a taxa de congestionamento até 2014.*						
	1º grau 86,49%	5%	10%	20%	30%	50%	
	2º grau - 63,27%	5%	10%	20%	30%	50%	
	Turmas Recursais - 47,92%	5%	10%	20%	30%	50%	
	Juizados - 67,44%	5%	10%	20%	30%	50%	
	*Foram considerados o total de processos baixados do 1º semestre de 2009.						

6. Produtividade do magistrado (execução) e (1º grau e Juizados)	Aumentar para 80% a produtividade do magistrado até 2014*						
	1º grau 22	10%	20%	40%	60%	80%	
	Juizados 97	10%	20%	40%	60%	80%	
7. Índice de atendimento à demanda	Aumentar para 80% o atendimento è demanda, até 2014						
	1º grau 85,87%	10%	20%	40%	60%	80%	
	2º grau 214,39%	10%	20%	40%	60%	80%	
	Turmas Recursais 73,91%	10%	20%	40%	60%	80%	
	Juizados 65,44%	10%	20%	40%	60%	80%	
8. Índice de agilidade no julgamento (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)	Aumentar para 50% o percentual de processos finalizados em até um ano, por instância, do protocolo à sentença (conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (execução), até 2014.						
	1º grau*	10%	20%	30%	40%	50%	
	2º grau*	10%	20%	30%	40%	50%	
	Turmas Recursais *	10%	20%	30%	40%	50%	
	Juizados*	10%	20%	30%	40%	50%	
	*Em mensuração						
9. Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	Obter 90% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, até 2014						
	_	10%	20%	40%	60%	90%	
10. Índice de virtualização de processos novos	Aumentar para 90% o índice de virtualização dos processos novos até 2014						
	_	10%	20%	40%	60%	90%	
	_	10%	20%	40%	60%	90%	
11. Eficiência na arrecadação de receitas	Aumentar para 60% a relação receitas/despesas, até 2014						
	_	0%	15%	30%	45%	60%	

Projetos Relacionados:

- Guia de Boas Práticas
- Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos
- Manual de Rotinas e Processos da Secretaria Judicial
- Produtividade do Magistrado
- Sistemas de Apoio Processual
- Postos de Atendimento de Conciliação – PAC
- Mutirões
- Virtualização dos processos
- Sistema SIAFERJ-WEB
- Implantação do 5S
- Manual de Rotinas e Procedimentos dos Setores Administrativos

Tema:

Alinhamento e integração

Objetivo Estratégico 5:

Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário

Descrição do Objetivo:

Garantir que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e sua gestão alinhada à estratégia do Poder Judiciário Nacional, respeitando as particularidades locais e visando resultados de curto, médio e longo prazos (continuidade).

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de gestão participativa
- Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos

Indicador	**Meta**						**Projetos em andamento e novos**
	Linha de base	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	
12. Índice de gestão participativa	Realizar 1 reunião por trimestre						
	–	100%	100%	100%	100%	100%	
13. Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos	Obter 90% de sucesso na execução de projetos estratégicos, até 2014.						
	–	20%	40%	60%	80%	90%	

Projetos Relacionados:

- Escritório de Projetos
- Implantação e Acompanhamento do Planejamento estratégico

Tema:

Alinhamento e integração

Objetivo Estratégico 6:

Promover ações que contribuam para a interação e a troca de experiências entre Tribunais

Descrição do Objetivo:

Buscar a unicidade e a integração da Justiça por meio da troca de experiências entre Tribunais, compartilhando conhecimento, práticas, unidades, estruturas e soluções Jurídicas e administrativas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário.
- Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
14. Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário.	Implantar pelo menos uma prática de outro tribunal, publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário anualmente, até 2014.						
	–	100%	100%	100%	100%	100%	

Projetos Relacionados:

- Projeto Busca de Interação do Poder Judiciário do Maranhão:

a) Encontros anuais de Secretários Judiciais e Servidores do Poder Judiciário
b) Encontro anual para atualização do Guia de Boas Práticas
c) Encontros anuais de áreas estratégicas do Poder Judiciário do Maranhão

Tema:

Atuação institucional

Objetivo Estratégico 7:

Melhorar a imagem do TJMA junto à sociedade

Descrição do Objetivo:

Ter credibilidade e ser reconhecido como um Poder célere, acessível, responsável, imparcial, efetivo e justo, que busca o ideal democrático e promove a paz social, garantindo o exercício pleno dos direitos de cidadania.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de confiança no Poder Judiciário
- Índice de satisfação do cliente

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
15. Índice de confiança no Poder Judiciário	Obter 70% de aprovação na pesquisa, até 2014						
	–	–	–	–	–	–	
	Valores a serem definidos a partir da pesquisa realizada sobre o índice de confiança no Poder Judiciário						
16. Índice de satisfação do cliente	Aumentar para 75% o índice de aprovação, até 2014						
	50%*	55%	60%	65%	70%	75%	
	* baseado em pesquisa realizada						

Projetos Relacionados:

- Portal da Transparência
- Pesquisa de Satisfação do usuário (Modelo a ser disponibilizado pelo CNJ)

Tema:

Atuação institucional

Objetivo Estratégico 8:

Ampliar a transparência da Instituição

Descrição do Objetivo:

Aprimorar a comunicação com o público externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do Poder Judiciário, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e de desempenho operacional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet
- Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet
- Índice de inserções institucionais na mídia
- Indicador nº 29 - Índice de matérias institucionais positivas

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
17. Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet	Disponibilizar conteúdo integral de 100% dos processos, até 2014						
	–	10%	30%	50%	75%	100%	
18. Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet	Disponibilizar 100% das informações orçamentárias e financeiras, até 2014						
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
19. Índice de inserções institucionais na mídia	Aumentar em 50% o nº de inserções institucionais na mídia, até 2014						
	6000*	10%	20%	30%	40%	50%	
20. Índice de matérias institucionais positivas	Obter 80 % de matérias institucionais positivas na mídia, até 2014						
	60%	65%	70%	75%	80%	80%	

*Matérias inseridas na mídia em São Luís.

Projetos Relacionados:

- Finanças on-line
- Virtualização dos Processos
- Boletim Informativo para o público externo
- Boletim Informativo para o público interno

Tema:

Atuação institucional

Objetivo Estratégico 9:

Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.

Descrição do Objetivo:

Fortalecer a integração do Judiciário com os Poderes Executivo e Legislativo e desenvolver parcerias com os órgãos do sistema da justiça (OAB, Ministério Público, Defensorias) e entidades públicas e privadas para viabilizar o alcance dos seus objetivos (eficiência, acessibilidade e responsabilidade social).

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de parcerias estratégicas

Indicador	**Meta**						**Projetos em andamento e novos**
	Linha de base	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	
21. Índice de parcerias estratégicas	Aumentar para 80% o índice de parcerias estratégicas, até 2014						
	–	10%	20%	40%	60%	80%	

Projetos Relacionados:

- Combate à Prostituição Infantil
- Eliminação do subregistro

Tema:

Atuação institucional

Objetivo Estratégico 10:

Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva.

Descrição do Objetivo:

Valorizar e difundir práticas que fomentem e conservem valores éticos e morais (imparcialidade, probidade, transparência) no âmbito do Poder Judiciário, nas organizações ligadas à atividade judiciária e nas instituições de ensino.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

• Índice de promoção de valores éticos e morais.

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
22. Índice de promoção de valores éticos e morais.	Aumentar em 60% o número de ações relacionadas à disseminação de valores éticos e morais, até 2014.						
	–	10%	20%	30%	40%	60%	

Projetos Relacionados:

- Projeto disseminação de valores éticos e morais

Tema:

Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico 11:

Motivar e comprometer magistrados e servidores com a estratégia

Descrição do Objetivo:

Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos Magistrados e Servidores para viabilizar a execução da estratégia.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de alcance das metas
- Índice do Clima Organizacional
- Índice de absenteísmo
- Índice de prevenção de saúde

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
23. Índice de alcance das metas	Alcançar 100% das metas, até 2014						
	–	100%	100%	100%	100%	100%	
24. Índice do Clima Organizacional	Aumentar para X% o índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2014*						
	*Valores a serem definidos a partir de pesquisa realizada em 2010.						
25. Índice de absenteísmo	Reduzir para X% o índice de absenteísmo até 2014*						
	–						
	*Valores a serem definidos a partir da implantação do sistema de ponto eletrônico em todas as Comarcas e da implantação do sistema MENTORH						

Projetos Relacionados:

- Escritório de projetos
- Banco de Sugestões
- RH Responde
- Indicadores de Produtividade
- Programa de premiação
- Banco de Talentos

Tema:

Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico 12:

Desenvolver competências dos magistrados e servidores

Descrição do Objetivo:

Garantir que os magistrados e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para os alcances dos objetivos estratégicos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de capacitação nas competências estratégicas
- Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação
- Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
26. Índice de capacitação nas competências estratégicas	Aumentar para 40% o índice de capacitação nas competências estratégicas, até 2014*						
	–	5%	10%	20%	30%	40%	
	* Competências estratégias ainda não definidas para o TJMA						
27. Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação	Atender 100% dos itens do Plano Nacional de Capacitação, até 2014						
	–	20%	20%	20%	20%	20%	
28. Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação	Aplicar 4% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2014						
	–	2,80%	3%	3,3%	3,80%	4%	

Projetos Relacionados:

- Projeto Gestão por Competências
- Plano de Capacitação do Poder Judiciário do Maranhão
- Ensino à Distância

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo Estratégico 13:

Adequar estrutura física e segurança

Descrição do Objetivo:

Prover instalações, mobiliários e segurança que permitam o bom desempenho das unidades do Judiciário, garantindo aos magistrados e servidores condições de trabalho com saúde e segurança, além de proteção e manutenção dos bens, com foco na operacionalidade, acessibilidade e segurança.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica
- Índice de satisfação com as instalações físicas
- Índice de condições de trabalho

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
29. Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica	Aumentar para 100% as unidades consideradas seguras*						
	8%	25%	50%	100%	100%	100%	
	*Considerando as unidades próprias, cedidas e alugadas.						
30. Índice de satisfação com as instalações físicas	Aumentar para 80% o índice de avaliações positivas sobre instalações físicas*, até 2014						
	–	10%	20%	40%	60%	80%	

Projetos Relacionados:

- Diagnóstico por Comarca
- Projeto Básico de Engenharia

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo Estratégico 14:

Desenvolver a tecnologia da informação

Descrição do Objetivo:

Prover os recursos tecnológicos (equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho das unidades do Judiciário, garantindo aos magistrados e servidores condições de trabalho com estrutura de tecnologia da informação.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de aderência aos padrões mínimos de TI
- Índice de aderência às metas do PETI
- Índice de disponibilidade de infra-estrutura de equipamentos de tecnologia
- Índice de disponibilidade de sistemas on-line

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
31. Índice de aderência aos padrões mínimos de TI	Atender 90% dos padrões mínimos de TI, até 2014						
	--	10%	30%	50%	70%	90%	
32. Índice de aderência às metas do PETI	Alcançar 90% das metas, até 2014						
	--	10%	30%	50%	70%	90%	
33. Índice de disponibilidade de infra-estrutura de equipamentos de tecnologia	Aumentar para 99% o índice de disponibilização de equipamentos, até 2014						
	--	5%	20%	45%	70%	99%	
34. Índice de disponibilidade de sistemas on-line	Aumentar para 99% o índice de disponibilização de sistemas, até 2014						
	--	5%	20%	45%	70%	99%	

Projetos Relacionados:

- Virtualização dos Processos
- Sistema de gestão de RH

Tema:

Orçamento

Objetivo Estratégico 15:

Assegurar e gerir recursos orçamentários e financeiros

Descrição do Objetivo:

Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de orçamento estratégico
- Índice de execução do orçamento estratégico
- Índice de execução do orçamento disponibilizado

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
35. Índice de orçamento estratégico	Disponibilizar 1,3% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas, até 2014						
	–	0,50%	0,70%	0,90%	1,10%	1,30%	
36. Índice de execução do orçamento estratégico	Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2014						
	–	90%	93%	95%	98%	100%	
37. Índice de execução do orçamento disponibilizado	Aumentar para 97% o valor executado sobre o valor total do orçamento, até 2014						
	85%	88%	90%	92%	95%	97%	

Projetos Relacionados:

- Escritório de projetos
- Sistema Siaferj Web
- Finanças on line
- Manual de Rotinas e Procedimentos dos Setores Administrativos

Anexo 02 - Apresentações I Workshop de Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão

1º WORKSHOP
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

PLANO DE GESTÃO
DESEMBARGADOR CLEONES CUNHA

Juíza Teresa Cristina

Auditório do TJ MA
14, 15 e 16 de fevereiro de 2012

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

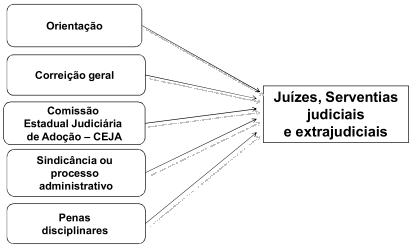
- **Órgão de planejamento, supervisão, coordenação, orientação, controle e fiscalização das atividades administrativas e funcionais judiciais e extrajudiciais da 1ª instância do Poder Judiciário.**

Fonte: (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão)

OBJETIVO

- Construir o plano de gestão da CGJ, de acordo com a orientação do Conselho Nacional de Justiça e da metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC), com a participação e discussão de servidores e gestores sobre as diretrizes estratégicas da CGJ.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

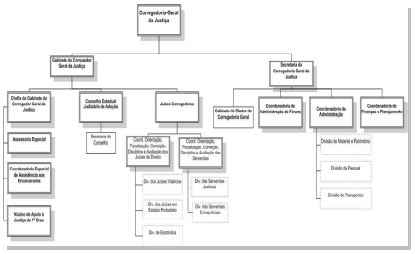


Fonte: Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

AGENDA

14/fevereiro TER	14:30-15:30 h	ABERTURA
	15:30-17:00 h	PALESTRA MOTIVACIONAL
	17:00-17:30 h	ENCERRAMENTO
15/fevereiro QUA	14:30-15:15 h	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA CGJ
	15:15-16:00 h	BSC VISÃO INICIAL
	16:15-17:30 h	OFICINAS EM GRUPO
16/fevereiro QUI	14:30-15:15 h	
	15:15-16:00 h	OFICINAS EM GRUPO
	16:15-17:30 h	

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA



PLANEJAMENTO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

- **Juízes Auxiliares da CGJ**
- **Atribuições delegadas pelo Corregedor Geral da Justiça em relação aos juízes de direito, aos servidores da Justiça de 1º Grau, aos serviços extrajudiciais e à polícia judiciária**
  - **Alice Prazeres Rodrigues - Serventias Extrajudiciais (Notas e Registros)**
  - **Isabella de Amorim Parga M. Lago - Juízes de 1º Grau**
  - **Nelson Ferreira Martins Filho - Serventias Judiciais**

"Lute com determinação, abrace a vida com paixão, perca com classe e vença com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve e a vida é muito para ser insignificante."

Charles Chaplin

ESTRATÉGIAS, PESSOAS E EQUIPES PARA SUCESSO INSTITUCIONAL

O FUTURO HOJE!

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DO MARANHÃO – FEV 2012

SUCESSO?

- O que é sucesso?
- O que é sucesso Institucional?

SUCESSO

Sucesso tem haver com caminhada;

Sucesso tem haver com capacidade de enfrentar obstáculos;

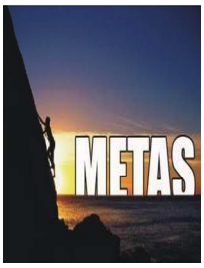
Sucesso tem haver com valores – ética, bioética, ecoética;

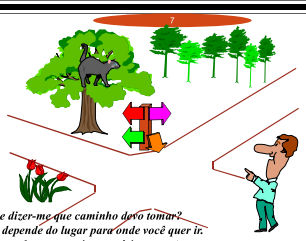
Sucesso tem haver com a performance da gestão institucional.

- Persistência e determinação;
- Aprendizagem constante;
- Esforço constante;
- Disciplina;
- Avaliação constante;
- Foco;
- Criatividade;

- PLANEJAMENTO.

Só é possível alcançar as metas se você conhecer os objetivos da instituição e o seu papel como colaborador.





- Pode dizer-me que caminho devo tomar?
- Isto depende do lugar para onde você quer ir.
(Respondeu com muito propósito o gato)
- Não tenho destino certo.
- Neste caso qualquer caminho serve.

("Alice no País da Maravilhas" - Lewis Carrol)

PERMANENTES	IDENTIDADE
	MISSÃO
	VISÃO
	PRINCÍPIOS
MUTÁVEIS	
	AMBIENTES EXTERNO E INTERNO
	OBJETIVOS
	ESTRATÉGIA

OLHAR O FUTURO COM OS PÉS NO HOJE.... E CAMINHAR!

O QUE NÃO É PLANEJAMENTO:

CALENDARIZAÇÃO

LISTA DE OBJETIVOS

LISTA DE PRIORIDADES

Elementos do planejamento:

POLÍTICA

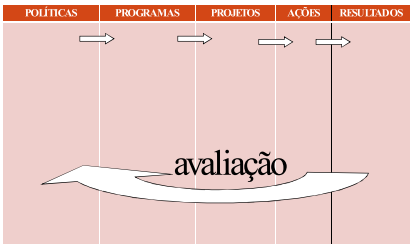
PROGRAMAS

AÇÕES

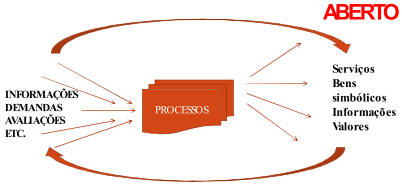
PLANEJAMENTO:

- SWOT: *S*trenghts (forças), *W*eaknesses (fraquezas), *O*pportunities (oportunidades) e *T*hreats (ameaças)
- FOFA: *F*orças. *O*portunidades. *F*raquezas. *A*meaças
- FODA: *F*orças. *O*portunidades. *D*ebilidade. *A*meaças

INTEGRANDO – ENCONTRO PAR. ANIL



ORGANIZAÇÃO COMO SISTEMA ABERTO



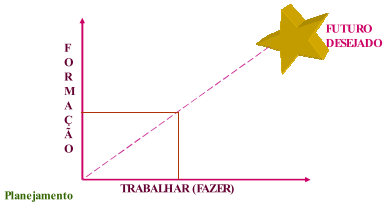
Processo retrociclavel.
Planejar, fazer, avaliar .... Adequar ...

ANÁLISE DA SITUAÇÃO:

Análise Ambiental – AMBIENTE EXTERNO

Ambientais;
Culturais;
Sociais;
Demográficas;
Econômicas;
Jurídicas/ Políticas;
Psicológicas;
Tecnológicas.

MUDANÇA COM PLANEJAMENTO



Sun Tzu (500 a.C.)
"Concentre-se nos pontos fortes, reconheça as fraquezas, agarre as oportunidades e proteja-se contra as ameaças ".

BENEFÍCIOS DO PLANEJAMENTO:

- AGILIZA DECISÕES;
- MELHORA A COMUNICAÇÃO;
- AUMENTA A CAPACIDADE GERENCIAL PARA TOMAR DECISÕES;
- PROMOVE UMA CONSCIÊNCIA COLETIVA;
- PROPORCIONA UMA VISÃO DE CONJUNTO;

05 Ês

EQUIDADE

ECOLOGIA

EMPOWERMENT

ECONOMIA

ÉTICA - BIOÉTICA

GESTÃO SUSTENTÁVEL É UM MODELO MORAL.

BENEFÍCIOS DO PLANEJAMENTO:

- MAIOR DELEGAÇÃO;
- DIREÇÃO ÚNICA PARA TODOS;
- ORIENTA PROGRAMAS DE QUALIDADE;
- MELHORA O RELACIONAMENTO DA ORGANIZAÇÃO COM SEU AMBIENTE INTERNO E EXTERNO.

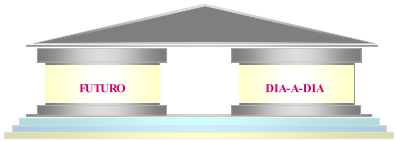
INTERDEPENDÊNCIA

RECICLAGEM/ CONSERVAÇÃO

PARCERIA/ PARTICIPAÇÃO

FLEXIBILIDADE

DIVERSIDADE



O PLANEJAMENTO NÃO DIZ RESPEITO ÀS DECISÕES FUTURAS, MAS ÀS IMPLICAÇÕES FUTURAS DE DECISÕES PRESENTES

Peter Drucker

PROFUNDIDADE

DURABILIDADE

JUSTIÇA

COMPLEXIDADE

SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

- COLOCAR O OBJETIVO A FRENTE DOS INTERESSES;
- PRESERVAR AS CONQUISTAS E BUSCAR AS MUDANÇAS;
- AVANÇAR DE MODO PERSISTENTE;
- NÃO DEPENDER DE UM ÚNICO LÍDER VISIONÁRIO;
- CULTIVAR A PRÓPRIA LIDERANÇA E NÃO IMPORTAR ASTROS;
- APRENDER ATRAVÉS DAS EXPERIÊNCIAS DIVERSIFICADAS.

SUSTENTABILIDADE:

É UM IMPERATIVO MORAL SOBRE O QUAL DEPENDE: A QUALIDADE DAS NOSSAS VIDAS E O FUTURO DO NOSSO PLANETA;

É UM MODO DE COLOCAR DA INSTITUIÇÃO FRENTE AOS SEUS DESAFIOS INTERNOS E EXTERNOS.

SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL E RESULTADO

- De uma atitude integradora e retrociclável dos recursos necessários e disponíveis;
- Do cumprimento de sua missão histórica, Identidade e valores, acostado, na realidade e no cenário;
- Da indispensável eficiência para desenvolver e gerir esses recursos e dar cumprimento aos objetivos decorrentes;

SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL E RESULTADO

- Da permeabilidade interna no envolvimento a próxima, inclusive gestional (conselhos, colaboradores,apoiadores, voluntários etc.) **PARTICIPAÇÃO;**
- Da permeabilidade externa, fazendo a verdadeira integração com transparência, irradiando a sociedade sua vocação local e global, em seu composto solidário, cooperativo e eficiente. - **PARCERIA.**

Resgate e valorização do servidor publico como mediador da cidadania

SUSTENTABILIDADE

CAPACIDADE DE UM SISTEMA SE ENGAJAR NAS COMPLEXIDADES DO APRIMORAMENTO CONTÍNUO, CONSISTENTE E COERENTE COM VALORES PROFUNDOS DE PROPÓSITO HUMANO.

ESPANTAR OS URUBUS INTERNOS
Desmanchar os nós mentais!

AMAR E TRABALHAR

(Freud)
Felicidade
Satisfação e ...
Algo Mais

VOCÊ

COMO VOCÊ QUER LEMBRADO?

ALGO MAIS???????????

AMBIENTE GRATIFICANTE

- Variedade de tarefas;
- Segurança;
- Propósito de fornecer um produto ou serviço;
- Satisfação;
- Engajamento;
- Lealdade e trabalho em equipe.

Compromisso pessoal e institucional com a missão, com a visão e com o usuário.

NO QUE DIZ RESPEITO AO FUTURO DA CORREGEDORIA,
QUE PALAVRAS EXPRESSAM O QUE QUEREMOS PENSAR DE NÓS QUE SEJA POSITIVO?

Como pessoas?

Como chefes?

Como Diretores?

CGJ – TJ MA - Prof. Msc Alfredo Barbetta - Fev 2012

Muito Obrigado!

Alfredo Barbetta
Coach, Consultor e Terapeuta em Reprocessamento Integrado de Informações e Estresse Pós Traumático.
alfredobarbetta@terra.com.br

98 880973682

CGJ – TJ MA - Prof. Msc Alfredo Barbetta - Fev 2012

Planejamento Estratégico Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão

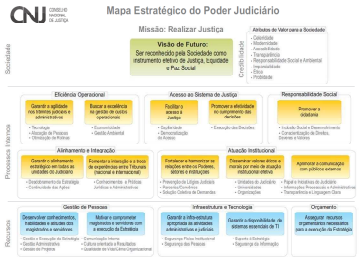
Adm. Aline Mendonça

CGJ – 15 de fevereiro de 2012

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TJMA

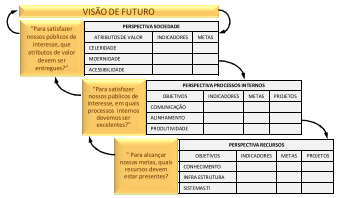
- Processo de elaboração – 2008/2009
- Resolução n.º 70, de 18 de março de 2009 - CNJ
- Resolução nº 10, de 23 de março de 2010 - TJMA
- Mapa estratégico

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

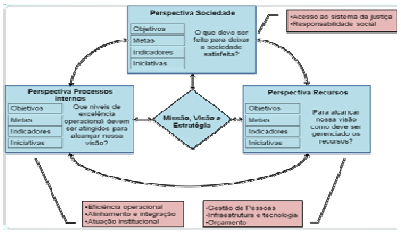


PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Três Perspectivas Organizacionais

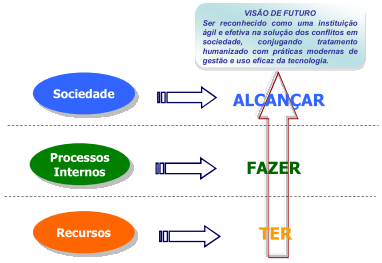


BSC do TJMA



Fonte: TJMA (2009), Kaplan e Norton (1997)

SÍNTESE DO MAPA



MAPA ESTRATÉGICO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

MAPA ESTRATÉGICO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Missão: Garantir a justiça, dirimindo conflitos de forma efetiva e acessível a sociedade, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Visão: Ser reconhecido como uma instituição ágil e efetiva na solução dos conflitos em sociedade, conjugando tratamento humanizado com praticas modernas de

gestão e uso eficaz da tecnologia.

Valores: ética, transparência, excelência dos serviços, valorização das pessoas, justiça e comprometimento.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TJMA
METAS CGJ

PERSPECTIVA SOCIEDADE		
TEMA ESTRATÉGICO	**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**	**ESTRATÉGIAS**
Acesso ao Sistema de Justiça	Facilitar o acesso à Justiça.	Eliminar o **subregistro** e a **falta de registro**
		Criar **Postos de Atendimento de Conciliação** - PAC
		Aumentar o **número de municípios atendidos pela Justiça**
	Promover a efetividade no cumprimento das decisões judiciais.	Investir na estruturação da **execução penal**
		Implantar rol de culpados centralizado para viabilizar a construção do **banco nacional de condenados**
Responsabilidade Social	Promover a cidadania.	Firmar **parcerias** com entidades públicas e privadas para educação e inserção social de **menores infratores**, **menores carentes** e **vítimas da prostituição infantil**
		Manter a realização de **Casamentos Comunitários**

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TJMA
METAS CGJ

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS		
TEMA ESTRATÉGICO	**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**	**ESTRATÉGIAS**
Eficiência Operacional	Garantir Agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	Estimular a solução coletiva das **demandas de massa**
		Investir na **estrutura dos juizados especiais**
		Incentivar a **conciliação**
		Otimizar os **procedimentos de execução de mandados**
		Aperfeiçoar os **relatórios estatísticos** como meio de identificação de ações repetitivas,projeção de demandas e percepção de fatores externos, para planejamento de ações
		Aumento da **produtividade do magistrado** e aumento na **agilidade do julgamento**
Atuação Institucional	Melhorar a imagem do TJMA junto a sociedade, aprimorando a comunicação com o público externo	Fortalecer a **imagem institucional**
		Fortalecer e aprimorar os **meios de comunicação interna**
	Ampliar a transparência	Criar mecanismos de **divulgação da atuação e prestação de contas** do TJMA para a sociedade
	Fortalecer e harmonizar as relações entre os poderes, setores e instituições.	Firmar **parcerias** para implementar projetos de interesse comum
		Fortalecer o relacionamento com órgãos e entidades públicas e privadas para prevenir **demandas repetitivas** e impedir o uso abusivo e desnecessário da Justiça, sobretudo em matérias já pacificadas;

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TJMA
METAS CGJ

PERSPECTIVA RECURSOS		
TEMA ESTRATÉGICO	**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**	**ESTRATÉGIAS**
Gestão de Pessoas	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.	Desenvolver **plano de comunicação interna** sobre a estratégia para explicar o papel de cada servidor no alcance dos objetivos e os benefícios de sua implementação

Metas de Nivelamento - Corregedorias

Metas de Nivelamento - Corregedorias

PLANO DE GESTÃO CORREGEDORIAS
Foco de atuação

PLANO DE GESTÃO CORREGEDORIAS
Ações

- Construir **Plano de Gestão** – Missão, Visão, Valores
- **Atualizar Planos de Ação** do Planejamento Estratégico do TJMA/CGJ MA – Estratégias, metas e responsáveis
- Construir Planos de Ação para realização das

Metas de Nivelamento - Corregedorias

Metas Nacionais 2012

Poder Judicário do Maranhão
Corregedoria Geral da Justiça

Balanced Scorecard: visão inicial

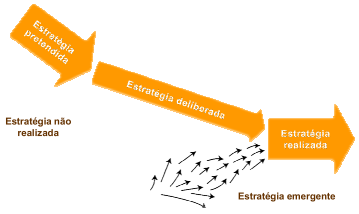
Káty Morais
Analista Judiciário – Administradora

Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Maranhão
Fevereiro/2012

Estratégia pode ser entendida como... (Mintzberg, 1987)

- Um PLANO (PRETENDIDA): " Olhar para a frente"
  - Ou algo equivalente – uma direção, um guia, um curso de ação para o futuro, um caminho para ir daqui até ali.
- Um PADRÃO (REALIZADA): "Olhar o comportamento passado"
  - Consistência em comportamento ao longo do tempo.

Estratégias deliberadas e emergentes



Estratégia pode ser entendida como... (Mintzberg, 1987)

- Uma POSIÇÃO: "Olhar para 'baixo´ - para o ´X´ que marca o ponto em que o produto encontra o cliente – bem como para fora – para o mercado
  - "Estratégia é a criação de uma posição única e valiosa, envolvendo um conjunto diferente de atividades"
    - Michael Porter, 1996
- Uma PERSPECTIVA: "Olhar para dentro – dentro da organização, dentro das cabeças dos estrategistas – mas também para cima – para a grande visão da empresa
  - A maneira fundamental de uma organização fazer as coisas

Por que organizações falham na implementação da estratégia?

Compreensão da Visão

Apenas 5% do nível operacional compreende a visão de futuro.

Recursos

78% das empresas não vinculam o orçamento à estratégia.

A estratégia não é gerenciada

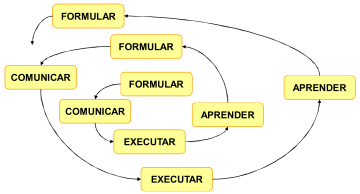
Remuneração

Mais de 75% das organizações não vinculam incentivos e remuneração à estratégia.

Agenda Executiva

85% dos executivos gastam menos de uma hora por mês discutindo a estratégia.

O processo contínuo da Estratégia



Esclarecer as declarações de missão, valores e visão

Missão

Propósito da organização

Valores

Norteiam as ações

Visão

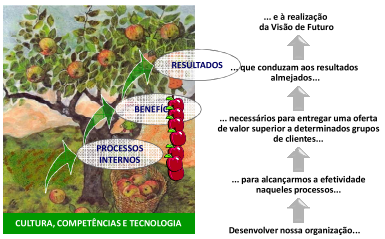
Resultados futuros

Balanced Scorecard

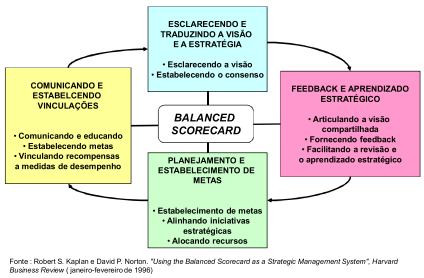
- Traduz a missão e a estratégia das organizações em um conjunto abrangente de medidas de desempenho que serve de base para um sistema de medição e gestão da estratégia.
- É um modelo de gestão que auxilia as organizações a traduzir a estratégia em objetivos operacionais direcionando comportamentos e desempenho.

(KAPLAN; NORTON, 1997)

Descrição do processo de criação de valor

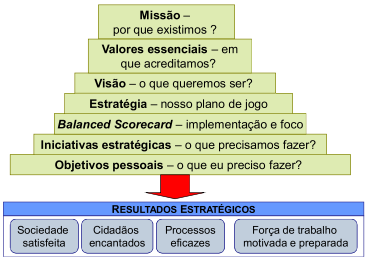


Os vetores críticos do *Balanced Scorecard*



Fonte : Robert S. Kaplan e David P. Norton. *"Using the Balanced Scorecard as a Strategic Management System", Harvard Business Review* (janeiro-fevereiro de 1996)

Sistema gerencial BSC - Traduzindo a Missão



Um sumário das declarações de Missão e Visão

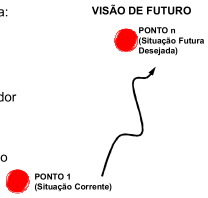
	IDENTIFICADORES	ESTEJA CONSCIENTE DE QUE
MISSÃO	• O que nós fazemos • Qual nosso propósito, que valor fornecemos e porquê existimos	• É de longo prazo por natureza mas deve adaptar-se se o escopo de produtos e serviços modificar-se • Nunca será completamente exercida • Atende ao escopo competitivo
VISÃO	• Para onde iremos • Como o futuro se parece	• Deve enfatizar mais a imagem do que a declaração • Deve ser atingível embora não facilmente • Deve ser simultaneamente inspiradora e algo que realmente se aspire

Análise da declaração da Missão

A MISSÃO ANUNCIA CLARAMENTE O QUE UMA ORGANIZAÇÃO FAZ — QUAL É SEU PROPÓSITO. ELA RESPONDE A PERGUNTA: *"O QUE FAZEMOS"?*	
ÊNFASE	**QUESTÃO**
PROPÓSITO	• **A declaração da missão descreve um propósito inspirador que não favorece interesses das partes interessadas?**
	• **A declaração descreve a responsabilidade da organização perante as partes interessadas?**
CULTURA	• **A declaração reflete a cultura da organização?**
	• **A declaração é clara e de fácil compreensão – em geral menos que 100 palavras, descrita com precisão?**

Análise da Visão

- A visão é responsável pela orientação de uma organização.
  - Ela responde a pergunta: "Para onde vamos?"
- Três componentes importantes:
  - Quantificação do indicador de sucesso mais importante **[CREDIBILIDADE]**
  - Um prazo para execução **[10 ANOS]**



Obrigada

kmmorais@tjma.jus.br
(98) 3221-8522

Anexo 03 – Formulários I Workshop de Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão

I Workshop de Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão

MISSÃO

Elementos para definição da Missão:

O quê: O propósito da organização
Como: A maneira/forma de atuação
Para quê/quem: Benefícios, a contribuição para a sociedade/beneficiados

Alguns Exemplos:

Judiciário: Fortalecer o Estado Democrático e fomentar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, por meio de uma efetiva prestação jurisdicional.
TJPR: Garantir à sociedade a prestação jurisdicional acessível, efetiva e célere, de forma transparente e ética, solucionando os conflitos e promovendo a pacificação social.
TJMG: Garantir, no âmbito de sua competência, a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza, de forma a atender aos anseios da sociedade e constituir-se em instrumento efetivo de justiça, eqüidade e de promoção da paz social.
TCU: Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade.
STJ: Processar e julgar as matérias de sua competência originária e recursal, assegurando a uniformidade na interpretação das normas infraconstitucionais e oferecendo ao jurisdicionado uma prestação acessível, rápida e efetiva.
CGJ GO: Superintender com competência, orientar com sabedoria, inspecionar com eficiência, censurar prudentemente em busca de excelência.
CGJ AM orientar e corrigir procedimentos disciplinares e de cunho administrativo, no âmbito do Poder Judiciário, levando em conta princípios morais, éticos e institucionais

Missão TJMA: *Garantir a justiça, dirimindo conflitos de forma efetiva e acessível à sociedade, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.*

Missão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão:

FONTE: Conselho Nacional de Justiça

]

I Workshop de Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão

VISÃO

Atributos de uma boa Visão de Futuro:

Ambiciosa: a visão propõe um desafio?
Inspiradora: a visão mobiliza os funcionários?
Mensurável: a visão pode ser efetivamente medida?
Alcançável: pode realmente ser atingida?
Temporal: o prazo está definido?

Alguns Exemplos:

Judiciário: Ter credibilidade e ser reconhecido como um Poder célere, acessível, responsável, imparcial, efetivo e justo, que busca o ideal democrático e promove a paz social, garantindo o exercício pleno dos direitos de cidadania.
TJPR: Ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos judiciários, reconhecida pela sociedade e seus colaboradores como instituição da qual todos tenham orgulho.
SENAI: Consolidar-se, em 2010, como líder em educação profissional, reconhecido em educação tecnológica e indutor da inovação e de transferência de tecnologias para a indústria, atuando com padrão internacional de excelência.
Petrobrás: Até 2020, seremos uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo e a preferida pelos nossos públicos de interesse.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Até 2015, ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.
TJAL: Corregedoria-Geral da Justiça independente, transparente e eficiente, além de moderna, acessível e confiável,

Visão TJMA: *Ser reconhecido como uma instituição ágil e efetiva na solução dos conflitos em sociedade, conjugando tratamento humanizado com práticas modernas de gestão e uso eficaz da tecnologia.*

Visão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão:

FONTE: Conselho Nacional de Justiça

I Workshop de Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral
de Justiça do Estado do Maranhão

VALORES

Atributos de uma boa Visão de Futuro:

Atributos de serviços: Celeridade, probidade e prazo (perceptíveis pela sociedade)
Atributos de relacionamento: Acesso
Atributos de imagem e reputação: Ética

Alguns Exemplos:

JUDICIÁRIO: Credibilidade; Celeridade; Modernidade; Acessibilidade; Transparência; Responsabilidade Social e Ambiental; Imparcialidade; Ética; Probidade.
TJPR: Acessibilidade; Celeridade; Ética; Inovação; Justiça; Transparência; Responsabilidade Social e Ambiental
TRESE: Ética; Transparência; Coerência; Comprometimento; Inovação; Humanização; Responsabilidade sócio-ambiental; Acessibilidade; Celeridade
CGJ AL: eficácia, probidade administrativa, ética e compromisso social.

Valores TJMA:

•*Ética* - Agir com honestidade e integridade em todas as suas ações e relações;

•*Transparência* - Praticar atos com visibilidade plena no desempenho de suas atribuições;

•*Excelência dos serviços* - Materialização de todo o esforço da organização para o atendimento das necessidades de todos os interessados;

•*Valorização das pessoas* - Dar autonomia para atingir metas, criar oportunidades de aprendizado, de desenvolvimento das potencialidades e de reconhecimento pelo bom desempenho;

•*Justiça* - Manter a ordem social através da preservação dos direitos em sua forma legal (constitucionalidade das leis); e

•*Comprometimento* - Atuar com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades.

Valores da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão:

FONTE: Conselho Nacional de Justiça

Anexo 04 -Fotos do I Workshop de Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão

PLANEJAME
• SWOT: Strenghts (forças),
(oportunidades) e Threats
× FOFA: Forças,
× FODA: Forças,
betta – Fev 2012
PÉRICLES

1º WORKSHOP
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO
ESTADO DO MARANHÃO
PLANO DE GESTÃO
DESEMBARGADOR CLEONES CUNHA
Juíza Teresa Cristina
Auditório do TJ MA
14, 15 e 16 de fevereiro de 2012

Anexo 05 – Matérias sobre o Planejamento da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão

Portal do Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

TJ-MA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
» Artigos
» Biblioteca
» Clipping
» Concursos
» Consultas
» FENJ
» Institucional
» Licitação
» Links Úteis
» Notícias
» Ouvidoria
» Percentes Institucionais
» Planejamento Estratégico
» Presidência
» Projetos Especiais
» Processos Disciplinares
» Tele Judiciário
» RECOUR
» WebMail
» Fale Conosco

CGJ-MA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
» Acesso Restrito
» Atos do Corregedor
» Biblioteca
» CEDA-MA
» Cidadania e Justiça
» Comarcas
» Corregedor
» Correições CGJ
» Downloads
» Infância e Juventude
» Institucional

Notícias

Geral

Últimas Notícias

(07/03/2012 - 14:11) - Judiciário promove ações em homenagem ao Dia da Mulher

(07/03/2012 - 13:51) - TJMA prorroga validade do concurso de 2009

(07/03/2012 - 11:36) - Definida lista tríplice para vaga de jurista substituto do TRE/MA

(06/03/2012 - 15:49) - Judiciário inova e entrega prestação de contas digital ao TCE

(06/03/2012 - 12:05) - Desembargadores negam desapropriação de imóvel no Vinhais Velho

(06/03/2012 - 10:23) - Vara da Mulher comemora Dia Internacional da Mulher com palestras em escolas

(05/03/2012 - 12:59) - Inscrições abertas para o II Encontro de Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Maranhão

mais notícias

Veiculada em 17/02/2012 às 12:04

Servidores dão início ao Plano de Gestão da Corregedoria Geral da Justiça

Workshop orientou a construção do planejamento da CGJ, que deverá ser entregue em março.

Des. Cleones Cunha fala aos servidores da CGJ sobre a importância do planejamento

Integração, unidade, colaboração, comprometimento, objetividade, efetividade. Essas foram algumas palavras escolhidas pelos servidores da Corregedoria Geral da Justiça para representar a experiência vivida nos três dias do I Workshop de Planejamento Estratégico da CGJ.

Durante as tardes de terça, quarta e quinta-feira, dias 14, 15 e 16, os servidores tiveram a oportunidade de se conhecer melhor, conhecer as atribuições dos vários setores da CGJ e construir, conjuntamente, as metas e estratégias para o primeiro ano da gestão do desembargador Cleones Cunha, corregedor-geral.

A abertura do evento foi realizada na terça-feira, com as falas da juíza da 2ª Vara de São José de Ribamar, Teresa Cristina Mendes, que está à disposição da CGJ, do corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha, e com a palestra do professor de Psicologia Alfredo Barbetta, que versou sobre os desafios do planejamento estratégico e motivação.

"É de extrema importância um momento como este, que reúne toda a equipe para pensar nos nossos desafios de forma integrada. Tenho certeza que, mesmo sendo um desafio, já que é a primeira vez que a Corregedoria terá um planejamento próprio, todos vocês se sairão bem", disse o corregedor-geral durante a abertura do workshop.

Na quarta-feira, os gestores e coordenadores de setores da CGJ participaram de oficinas voltadas à construção da Missão, Visão e Valores do órgão. Em grupos, discutiram o papel da Corregedoria e o que ela representa para a sociedade. Dessa discussão, vários conceitos foram formulados e serão, posteriormente, trabalhados para a aprovação dos conceitos definitivos.

Já na quinta-feira, último dia do workshop, com acompanhamento das administradoras Kátty Morais e Alina Mendonça, que foram as coordenadoras do workshop, os gestores tiveram a oportunidade de trabalhar as metas e estratégias dos seus setores, já pensando em ações, custos e alternativas que possam fazer a CGJ melhorar, ainda mais, o seu papel no Poder Judiciário do Maranhão e diante da sociedade.

» Juizados Especiais
» Legislação
» Notícias
» Plantão do 1º Grau
» Plantão de Óbitos
» Serventias(Cartórios)
» Serviços
» Tabela de Penhoras
» Magistrados
» Fale Conosco

ESMAM

» Biblioteca
» Concurso
» Cursos
» Escola
» Eventos
» Notícias
» Publicações

"O Poder Judiciário há alguns anos vem passando por mudanças, e, agora, é a vez da Corregedoria trabalhar as suas ações com mais planejamento e visão de futuro. É um desafio para os servidores, uma inovação, mas que foi recebida com bastante comprometimento e que, com certeza, vai dar bons resultados", disse Kátty Morais, que com Alina Mendonça, estão na coordenação do planejamento estratégico da CGJ.

Assessoria de Comunicação da CGJ
http://cgj.tjma.jus.br
asecom_cgj@tjma.jus.br
(98) 3221-8527

:: Álbum de Fotos

ver outras

voltar ao topo

Imprimir Enviar

| Início | Biblioteca | Concursos | Cursos | Escola | Eventos | Notícias | Publicações

Portal do Poder Judiciário
Escola da Magistratura
do Estado do Maranhão

ESMAM

Veiculada em 09/02/2012 às 20:27

Notícias

Geral

Últimas Notícias

(05/03/2012 - 10:41) - ESMAM aguarda alteração de nova data para divulgação de resultado da Especialização

(05/03/2012 - 09:48) - Inscrições abertas para o II Encontro de Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Maranhão

(01/03/2012 - 12:55) - Curso discute legislação para diminuir a massa de encarcerados

(07/02/2012 - 19:39) - ESMAM prepara curso sobre mudanças na Lei Penal

(07/02/2012 - 19:07) - Servidores de Engenharia participam de curso

(31/01/2012 - 17:46) - Prorrogadas inscrições para pós em Gestão Pública

(30/01/2012 - 19:50) - ESMAM realiza curso sobre cartão corporativo

mais notícias

I Workshop de Planejamento estratégico dará início a capacitações na Corregedoria

Em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão fará, na próxima terça-feira (14), o I Workshop de Planejamento Estratégico da Corregedoria. O curso, que será ministrado por Alfredo Barbetta será o início do treinamento direcionado aos servidores e gestores que contribuirão para a elaboração do Plano de Gestão da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ).

Durante a capacitação, os servidores terão acesso aos conceitos de planejamento e estarão aptos a administrar, com motivação e estímulo, os novos desafios da CGJ. A palestra de Alfredo Barbetta - psicólogo, mestre em Serviço Social - está inserida no Workshop, no horário das 14 às 17 horas.

ver outras

voltar ao topo

Imprimir Enviar

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
- Biblioteca
- Concursos
- Cursos
- Escola
- Eventos
- Notícias
- Publicações

TJ-MA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
- Artigos
- Biblioteca
- Clipping
- Concursos
- Consultas
- FEIEI
- Institucional
- Licitação
- Linha Útela
- Notícias
- Ouvidoria
- Planejamento Estratégico
- Presidência
- Projetos Especiais
- Processos Disciplinares
- Telejudiciário
- NEOCUR
- WebMail
- Fale Conosco

CGJ-MA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
- Acesso Restrito
- Atos do Corregedor
- Biblioteca

| Início | Biblioteca | Concursos | Cursos | Escola | Eventos | Notícias | Publicações

Portal do Poder Judiciário
Escola da Magistratura
do Estado do Maranhão

ESMAM

Veiculada em 09/02/2012 às 20:27

Notícias

Geral

Últimas Notícias

(05/03/2012 - 10:41) - ESMAM aguarda alteração de nova data para divulgação de resultado da Especialização

(05/03/2012 - 09:48) - Inscrições abertas para o II Encontro de Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Maranhão

(01/03/2012 - 12:55) - Curso discute legislação para diminuir a massa de encarcerados

(07/02/2012 - 19:39) - ESMAM prepara curso sobre mudanças na Lei Penal

(07/02/2012 - 19:07) - Servidores de Engenharia participam de curso

(31/01/2012 - 17:46) - Prorrogadas inscrições para pós em Gestão Pública

(30/01/2012 - 19:50) - ESMAM realiza curso sobre cartão corporativo

mais notícias

I Workshop de Planejamento estratégico dará início a capacitações na Corregedoria

Em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão fará, na próxima terça-feira (14), o I Workshop de Planejamento Estratégico da Corregedoria. O curso, que será ministrado por Alfredo Barbetta será o início do treinamento direcionado aos servidores e gestores que contribuirão para a elaboração do Plano de Gestão da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ).

Durante a capacitação, os servidores terão acesso aos conceitos de planejamento e estarão aptos a administrar, com motivação e estímulo, os novos desafios da CGJ. A palestra de Alfredo Barbetta - psicólogo, mestre em Serviço Social - está inserida no Workshop, no horário das 14 às 17 horas.

ver outras

voltar ao topo

Imprimir Enviar

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
- Biblioteca
- Concursos
- Cursos
- Escola
- Eventos
- Notícias
- Publicações

TJ-MA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
- Artigos
- Biblioteca
- Clipping
- Concursos
- Consultas
- FEIEI
- Institucional
- Licitação
- Linha Útela
- Notícias
- Ouvidoria
- Planejamento Estratégico
- Presidência
- Projetos Especiais
- Processos Disciplinares
- Telejudiciário
- NEOCUR
- WebMail
- Fale Conosco

CGJ-MA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
- Acesso Restrito
- Atos do Corregedor
- Biblioteca